



GABRIELLY JORDANNY DA SILVA SOARES

**COMIDA OU *COMMODITIES*: uma abordagem territorial da
dinâmica agroalimentar no município de Goiás/GO**

Goiás-GO
2022

GABRIELLY JORDANNY DA SILVA SOARES

**COMIDA OU *COMMODITIES*: Uma abordagem territorial da
dinâmica agroalimentar no município de Goiás/GO**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia (PPGEO), da Universidade
Estadual de Goiás (UEG), Campus
Cora Coralina, sob a orientação do
Prof. Dr. Murilo Mendonça Oliveira de
Souza.

Goiás-GO

2022



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a) Nome completo Gabrielly Jordanny da Silva Soares
E-mail gabriellyjordannysoares@gmail.com

Dados do trabalho

Título COMIDA OU COMMODITIES: uma abordagem territorial da dinâmica agroalimentar no município de Goiás/GO.

Tipo:

[] Tese [X] **Dissertação**

Curso/Programa Mestrado em geografia/PPGEO

Concorda com a liberação documento

[X] **SIM** [] **NÃO**

¹ Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Dezembro, de 18 de 2022

Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S676c Soares, Gabrielly Jordanny da Silva.
Comida ou “commodities” : uma abordagem territorial da dinâmica agroalimentar no município de Goiás/GO [manuscrito] / Gabrielly Jordanny da Silva Soares. – Goiás, GO, 2022.
82 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Souza.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Agronegócio. 1.1. Transição agroecológica. 1.2. Sistema agroalimentar. 1.3. Soberania alimentar.
I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 338.28:63(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999) Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusedth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000 Telefones: (62)3936-2161 / 3371-
4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 15/2022

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois às oito horas e trinta minutos, realizou-se, por web-conferência, o Exame de Defesa de dissertação do(a) mestrando(a) **Gabrielly Jordanny da Silva Soares**, intitulado: “**Comida ou *commodities*: uma abordagem territorial da dinâmica agroalimentar no município de Goiás-GO, 2020/2021**”. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Murilo Mendonça Oliveira de Souza (Presidente- PPGEO/UEG), Auristela Afonso da Costa (PPGEO/UEG) e Patrícia Dias Tavares (IFG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof.(a) Dr.(a) Murilo Mendonça Oliveira de Souza proclamou que a dissertação encontra-se aprovada (X) ou não aprovada () ou aprovada com ressalva () e com as seguintes exigências (se houver):

Cumpridas as formalidades de pauta, às 10:40 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 27/08/2022.


Prof. Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Souza (Presidente)


Profa. Dra. Auristela Afonso da Costa
(PPGEO/UEG)

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA DIAS TAVARES
Data: 31/08/2022 11:09:00-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Patrícia Dias Tavares (IFG)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, agradeço a todos os professores do PPGE0 que compartilharam seus conhecimentos e acompanharam a minha jornada enquanto estudante e pesquisadora, em especial o meu orientador professor Murilo Mendonca Oliveira de Souza, pela dedicação e paciência. E agradeço também uma pessoa em especial minha esposa que me apoiou em todos os momentos. Sou grata a todos aqueles que tiveram paciência nos momentos de tensão e empenho. Obrigada por fazerem parte!

RESUMO

O modelo de produção está conectado a um padrão de consumo monopolizado por algumas poucas empresas, que determinam e controlam o padrão de consumo global. Na contramão deste modelo vêm resistindo uma diversidade de populações tradicionais, povos indígenas, comunidades camponesas, que constroem territórios a partir da Agroecologia ou de algumas outras perspectivas produtivas. Metodologicamente, esta pesquisa teve um caráter exploratório com abordagem qualitativa. Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica, sendo ela de livros, dissertações, tese, artigos entre outros, para um embasamento teórico necessário na construção desta pesquisa, contendo perspectivas e conceitos sobre agriculturas, movimentos sociais, e toda a sua construção do atual sistema agroalimentar. A pesquisa foi desenvolvida, ainda, com o levantamento de dados em fontes secundárias, no sentido de entender questões relacionadas aos processos agroalimentares, levantando o debate sobre a caracterização dos modelos de produção de alimentos, tendo como ponto de partida o município de Goiás. Para isto, utilizamos a observação como instrumento metodológico e o Caderno de Campo para registro das informações, coletadas na feira do pequeno produtor. Como objetivo geral compreender, a partir de uma abordagem territorial, a dinâmica agroalimentar do município de Goiás, no período entre 2020 e 2021. Tendo como objetivos específicos: analisar o processo de formação territorial no município de Goiás, entender e caracterizar os modelos de produção de alimentos no município de Goiás, identificar comercialização e consumo de alimentos no município de Goiás, principalmente nas feiras. Até aqui, na elaboração deste trabalho, é possível compreender que o Agronegócio é um modelo de produção insustentável e que gera danos aos seres humanos de forma irreparável. É necessário, contudo, entender de forma mais detalhada a dinâmica agroalimentar que resiste a este modelo, em especial aquelas baseadas no paradigma agroecológico. Os resultados mostram que no município de Goiás maioria das tentativas de transição agroecológica estão presentes nos assentamentos dos feirantes observados. O assentamento Serra Dourada e o que apresenta ter um maior número de camponeses em processo de transição agroecológica, sendo um das quais que apresentam diversidade de alimentos. Em outros assentamentos a maior produção e venda de uma iniciativa de uma transição agroecológica fica por conta das hortaliças, utilizando também em suas produções os adubos naturais, tendo também uma presença maior com os jovens, com essa iniciativa de uma transição agroecológica.

Palavras-chave: agronegócio, transição agroecológica, sistema agroalimentar, soberania alimentar.

RESUMEN

Las organizaciones populares tanto del campo como de la ciudad tienen la necesidad de desarrollar la agricultura, basada en el desarrollo de la soberanía popular. Este modelo de producción también está conectado a un patrón de consumo monopolizado por unas pocas megacadenas de supermercados, que determinan y controlan el patrón de consumo global. Contrario a este modelo, ha venido resistiendo una diversidad de pueblos tradicionales, pueblos indígenas, comunidades campesinas, que construyen territorios desde la Agroecología o desde alguna otra perspectiva productiva. Metodológicamente, esta investigación tuvo un carácter exploratorio con un enfoque cualitativo. Inicialmente, realizamos una investigación bibliográfica, ya sea de libros, disertaciones, tesis, artículos entre otros, para una base teórica necesaria en la construcción de esta investigación, conteniendo perspectivas y conceptos sobre la agricultura, los movimientos sociales, y toda su construcción del sistema agroalimentario actual. La investigación también se desarrolló mediante la recopilación de datos de fuentes secundarias, con el fin de comprender cuestiones relacionadas con los procesos agroalimentarios, suscitando el debate sobre la caracterización de los modelos de producción de alimentos, teniendo como punto de partida el municipio de Goiás. Como objetivo general comprender, desde un enfoque territorial, la dinámica agroalimentaria del municipio de Goiás, en el período comprendido entre 2020 y 2021. Teniendo como objetivos específicos: analizar el proceso de formación territorial en el municipio de Goiás, para comprender y caracterizar los modelos de producción de alimentos en el municipio de Goiás, para identificar la comercialización y el consumo de alimentos en el municipio de Goiás, principalmente en ferias. Hasta el momento, en la elaboración de este trabajo, es posible comprender que la Agroindustria es un modelo de producción insostenible que provoca daños irreparables al ser humano. Es necesario, sin embargo, comprender con más detalle las dinámicas agroalimentarias que resisten este modelo, especialmente aquellas basadas en el paradigma agroecológico. Los resultados muestran que en el municipio de Goiás la mayoría de los intentos de transición agroecológica están presentes en los asentamientos de los comercializadores observados. El asentamiento Serra Dourada es el que cuenta con un mayor número de campesinos en proceso de transición agroecológica, siendo uno de los que presenta una mayor diversidad de alimentos. En otros asentamientos se deja la mayor producción y venta de una iniciativa de transición agroecológica a las hortalizas, utilizando además fertilizantes naturales en su producción, teniendo además una mayor presencia con los jóvenes, con esta iniciativa de transición agroecológica.

Palabras-clave: agronegocios, transición agroecológica, sistema agroalimentario, soberanía alimentaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Utilização de agrotóxicos por município

Figura 2: fluxograma, Agroecologia

Figura 3: Sistema agroalimentar hegemônico

Figura 4: Alimentos comercializados na feira dia de domingo

Lista de fotografias

Fotos 1, 2, 3 e 4 – Diversidade produtiva na Feira da Agricultura Familiar, Goiás-GO, 2022.

Fotos 5, 6, 7 e 8 – Agricultores e agricultoras feirantes, Goiás/GO, 2022.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Assentamentos - Município de Goiás/GO – 2016

Mapa 2 – Cobertura e uso do solo, Goiás/GO, 2014.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de assentamentos criados, por ano de criação, Goiás-GO, 2022.

Gráfico 2 - Estabelecimentos agropecuários, utilização de terras (ha), 2017.

Gráfico 3: Quantidade de bovinos Goiás/GO, 1998 – 2018

Gráfico 4 – Número de bovinos, por categoria de produtor, 2017.

Gráfico 5 - Produção de leite (mil Litros) entre 1998 – 2020

Gráfico 6 - Quantidade de suínos Goiás/GO, 1998 – 2018

Gráfico 7 - Produção de mel (Kg) em Goiás/GO, 1998-2020

Gráfico 8 - Produção de Lavouras temporárias, com percentual da Agricultura Familiar, 2017

Gráfico 9 – Produção em toneladas por produtor de hortaliças, 2017.

Gráfico 10 - Área colhida com arroz, feijão, milho e soja em Goiás/GO, 2000 – 2020.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA E MODELOS DE PRODUÇÃO, “alimentos” necessários para a realização do capital.....	16
1.1 Alguns elementos do surgimento e desenvolvimento da agricultura.....	16
1.2 Agronegócio: a monopolização e violência.....	23
1.3 Agroecologia como contraponto produtivo e político.....	32
CAPÍTULO 2 - Agricultura e modelos de produção no município de Goiás e sua transição agroecológica.....	38
2.1 A questão agrária e agricultura no município de Goiás.....	38
2.2 Agricultura e modelos de produção no município de Goiás.....	42
2.3 Possíveis caminho para uma transição produtiva.....	51
CAPÍTULO 3 - SISTEMA AGROALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR.....	57
3.1 Soberania alimentar: questões conceituais.....	57
3.2 Sistema agroalimentar: produção de alimentos e/ou commodities.....	62
3.3 A importância das feiras e outros espaços de venda direta de alimentos no município de Goiás.....	68
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

O surgimento da agricultura permitiu o desenvolvimento dos diferentes grupos humanos. A produção de alimentos seguiu, historicamente, por diversos caminhos, aprimorando suas técnicas e tecnologias, assim como assumindo diferentes características e amplitudes nas várias partes do mundo ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, a construção da agricultura foi pautada culturalmente, por várias sociedades, territorializadas em todas as partes do planeta.

Mazoyer e Roudart (2010), estudando o surgimento da agricultura a partir do período neolítico, falam de 9 (nove) pontos irradiantes e áreas secundárias de domesticação na agricultura: Centro Médio Oriental, Centro Chinês, Centro Neo-guineense, Centro Americano, Centro Norte-Americano, Centro Sul-Americano, Área Secundária de Domesticação Africana, Área Secundária de Domesticação Sul-Americana e Área Secundária de Domesticação da Ásia do Sudeste.

O desenvolvimento da agricultura e a produção de alimentos, em cada uma destas regiões do planeta se estabeleceu a partir das dinâmicas próprias de cada território. Isto envolve certamente, questões políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais no desenvolvimento e consolidação de cada sistema agroalimentar existente. Assim, a domesticação de espécies alimentares foi ocorrendo de forma gradativa em cada um dos locais de surgimento da agricultura e sendo irradiadas para as outras partes do mundo.

E juntamente com a domesticação das espécies alimentares caminhou a construção do conhecimento humano sobre elas, com desenvolvimento de técnicas produtivas, processos e práticas de alimentação, características de cada território. Mas, para além dos elementos técnicos, as relações de poder acabaram definindo os processos, mais que as próprias técnicas produtivas.

Em diferentes momentos históricos, o sistema agroalimentar foi adquirindo características, assim como absorvendo elementos técnicos e políticos que desenham diferentes modelos de produção. Entre estes momentos/transformações podemos mencionar a própria revolução industrial e o que ela significou para a agricultura, o surgimento da adubação química, a consolidação dos agrotóxicos como base produtiva durante a segunda guerra mundial, o desenvolvimento em laboratório das sementes híbridas, o pacote

político/tecnológico inaugurado com a revolução verde e a consolidação do agronegócio como modelo hegemônico global de agricultura.

Os impactos gerados por um sistema agroalimentar calcado no modelo do agronegócio não foram poucos, evidentemente. Marcaram a privatização dos insumos agrícolas e suas práticas, aumentando o poder das empresas agroindustriais e toda sua cadeia produtiva. Teve como efeito direto o aumento da fome, pois retirou os camponeses do campo, elevando o inchaço urbano, levando ao mesmo tempo, ao desaparecimento das variedades agrícolas locais e à perda da identidade camponesa. No mesmo sentido, intensificou a erosão do solo, reduziu mananciais de água e afetou os lenções freáticos.

Dessa forma, o trabalho no campo está em uma das condições mais precárias das sociedades contemporâneas, considerando não apenas os problemas ambientais e trabalho análogo à escravidão, mas também uma diversidade de riscos para a saúde humana em consequência do uso intensivo de diversos produtos químicos, em especial por intoxicações agudas e crônicas por agrotóxicos. Assim, apesar de apresentar em sua narrativa um discurso de riqueza, o agronegócio é deficitário também economicamente, logo gera mais despesas do que rendimentos, principalmente quando colocamos “na ponta do lápis” os efeitos sociais e ambientais causados por este modelo de agricultura.

Em suma, esse processo produtivo se conecta com padrões de processamento que consolidam, cada vez mais, um padrão de consumo baseado em alimentos padronizados, de baixa qualidade nutricional, com uma diversidade de conservantes e agrotóxicos que colocam em risco a segurança e a soberania alimentar. A sociedade não tem informações suficientes sobre os alimentos consumidos, sobretudo por serem alimentos transportados de locais cada vez mais distantes do local de consumo, que podemos chamar de “alimentos viajantes”.

Um cenário de segurança alimentar também tem se fragilizado, desde que políticas públicas e espaços de participação social para determinação dos padrões alimentares estão sendo extintos, fazendo com que o Brasil retorne ao mapa da fome. A descontinuidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, representa um dos pontos de fragilização na construção da Soberania Alimentar no país. O mesmo podemos falar com relação à extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Esta conjuntura afeta o país de forma irrestrita, no entanto, é no âmbito municipal e territorial que os efeitos mais concretos deste processo são de fato sentidos. É na escala municipal que a territorialização do agronegócio se efetiva, seja a partir do estabelecimento de grandes monoculturas ou na implementação do pacote tecnológico com uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

Mas é também nesta escala, nos municípios, que se consolida a resistência agroecológica, em territórios de populações tradicionais e camponesas. A agroecologia vem se consolidando nacionalmente, a partir da produção de alimentos saudáveis, como alternativa produtiva e de modelo produtivo ao agronegócio. De forma geral, a agroecologia apresenta uma nova dinâmica de produção, circulação e consumo de alimentos, contrapondo a ditadura dos alimentos processados e ultraprocessados, consolidando novos espaços de comercialização, como a venda direta ao consumidor e as feiras livres, que voltam a se fortalecer.

Nesse contexto, temos como objetivo geral compreender, a partir de uma abordagem territorial, a dinâmica agroalimentar do município de Goiás, no período entre 2021 e 2022. Especificamente, temos como objetivos: analisar o processo de formação territorial no município de Goiás, entender e caracterizar os modelos de produção de alimentos no município de Goiás, identificar comercialização e consumo de alimentos no município de Goiás.

Como já indicado nos objetivos, o recorte espacial estabelecido para a pesquisa será o território político-administrativo do município de Goiás. Esta área de pesquisa, foi escolhida em função de apresentar diferentes modelos de produção (agronegócio e agroecologia), mas em especial por ser um município com predominância da agricultura familiar camponesa, com existência de 24 assentamentos rurais e onde existem processos de transição agroecológica em diferentes etapas de desenvolvimento. Conjuntamente, por causa de experiências recentes de comercialização de alimentos (Cesta Camponesa e Vale Feira, por exemplo) que possibilitam uma análise mais ampla da dinâmica agroalimentar.

Metodologicamente, esta pesquisa teve um caráter exploratório com abordagem qualitativa. Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica, sendo ela de livros, dissertações, tese, artigos entre outros, para um embasamento teórico necessário na construção desta pesquisa, contendo

perspectivas e conceitos sobre agriculturas, movimentos sociais, e toda a sua construção do atual sistema agroalimentar. A pesquisa foi desenvolvida, ainda, com o levantamento de dados em fontes secundárias como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério da Agricultura e Abastecimento (MMA), Ministério da Saúde (MS), entre outros bancos de dados.

Especificamente, realizamos ainda uma pesquisa direta, com abordagem qualitativa, no sentido de entender questões relacionadas aos processos agroalimentares, levantando o debate sobre a caracterização dos modelos de produção de alimentos, tendo como ponto de partida o município de Goiás. Para isto, utilizamos a observação como instrumento metodológico e o Caderno de Campo para registro das informações. Para Marconi e Lakatos (2003), as técnicas de observação não são apenas ver ou ouvir, mas também ser capaz de examinar e interpretar os fatos. No mesmo sentido, Fachin (2001, p. 37) diz que “o método observacional é o início de toda pesquisa científica, pois é observar o contexto social”. A observação teve caráter participante na qual, de acordo com Correia (2009), é preciso que o pesquisador tenha um contato direto e frequente com os fatores sociais, tornando-se um instrumento de pesquisa, torna-se interessante a interação entre sujeitos, investigador e contexto social onde está inserido.

A partir das informações acessadas, foram realizadas anotações em um Caderno de Campo afim de registrar de forma ordenada as informações coletadas durante as observações. Após as conversas com os feirantes, foi anotado tudo o que julgamos relevante para pesquisa. As notas realizadas durante a imersão nesse contexto foram fundamentais para auxiliar nas hipóteses levantadas nesta pesquisa. Além do diálogo com os feirantes, buscamos acompanhar também, de forma participativa, as experiências de comercialização de alimentos no município, para caracterizar a rede agroalimentar relacionada à agricultura familiar no município de Goiás. Para isto, foi necessário o acompanhamento das feiras ao longo do ano de 2021 e parte do ano de 2022, realizadas as quinta-feira no setor João Francisco.

O trabalho foi desenvolvido com a construção de 3 (três) capítulos. O primeiro capítulo (AGRICULTURA E MODELOS DE PRODUÇÃO, “alimentos” necessários para a realização do capital). Têm como objetivo geral traçar um

paralelo teórico e com utilização de dados secundários dos diferentes modelos de agricultura existentes no país, com destaque para o Agronegócio e a Agroecologia.

No segundo capítulo, (Agricultura e modelos de produção no município de Goiás e sua transição agroecológica), buscaremos identificar territórios produtivos de alimentos que tenham como base a agricultura familiar, assim como identificar as pressões do agronegócio sobre estes territórios, com a contaminação por agrotóxicos entre outros problemas.

O capítulo três (sistema agroalimentar e soberania alimentar), por fim, terá como objetivo realizar uma imersão na dinâmica alimentar do município, destacadamente com relação aos processos de comercialização de alimentos.

1 AGRICULTURA E MODELOS DE PRODUÇÃO, “alimentos” necessários para a realização do capital.

1.1 Alguns elementos do surgimento e desenvolvimento da agricultura:

A agricultura não surgiu repentinamente, mas como resultado de mudanças ambientais e processos históricos que resultaram nesta forma de organização produtiva. Após a era glacial o clima favoreceu o crescimento de cereais selvagens, tornando o solo mais fértil, por conta das chuvas e também do calor, tendo a agricultura sido iniciada e praticada próximo às vazantes de grandes rios. De acordo com Flandrin e Montanari (2015) foi no oriente médio que o ser humano, pela primeira vez, começou a desenvolver a agricultura e a criação de animais. Essas atividades estenderam-se a outras regiões mediterrâneas, enquanto, mais ao norte, os produtos das coletas e da caça continuaram predominantes até depois da era cristã.

No Oriente Próximo, onde se formou um dos mais antigos e melhor conhecidos centros de origem da agricultura neolítica, essa lenta transição da predação à agricultura durou mais de 1.000 anos (J. Chauvin, 1994) e revolucionou todos os aspectos técnicos, econômicos e culturais do modo de vida dos homens. Nessa região do mundo, há aproximadamente 12.000 anos antes da presente Era, o aquecimento pós-glaciário do clima fez com que a estepe fria de

artemísia fosse substituída progressivamente pela savana de faias e de pistacheiras, rica em cereais selvagens (cevada, trigo einkorn – *Triticum monococcum*, trigo amidoireiro – *Triticum dicoccum* etc.) e que proporcionavam também outras fontes vegetais exploráveis (lentilhas, ervilha, ervilhaca e outras leguminosas), assim como caças variadas (javali, cervos, gazelas, aurochs, asnos e cabras selvagens, coelhos, lebres, pássaros etc.) e peixes em certos locais (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 102).

A caça e a coleta, embora com maior esforço, garantiram uma alimentação diversificada. No entanto, foi a partir da Revolução Agrícola Neolítica com o surgimento da agricultura, entre 10 e 12 mil anos (MAZOYER; ROUDART, 2010), que a disponibilidade de alimento foi ampliada consideravelmente. A transição entre a vida nômade e o sedentarismo, estruturada a partir da agricultura, impôs consequências materiais e culturais amplas ao modo de vida dos povos.

O processo de surgimento da agricultura ocorreu de forma independente e territorialmente caracterizada em várias regiões do mundo, sendo que a produção de diferentes espécies alimentares foi iniciada também em períodos variados. Esse processo representou a transição, em determinadas partes do mundo, entre o estilo de vida nômade (caçador-coletor) e o sedentarismo, com a consolidação do ser humano como agricultor e agricultora.

Os seres humanos começaram, gradativamente, a associar-se a alguns alimentos, domesticando plantas e animais. A domesticação é um processo onde as plantas e animais selvagens foram se “transformando” em algo novo. Com o passar do tempo, o ser humano se tornou dependente dos animais para se alimentar, ou seja, os animais se tornaram um recurso indispensável na sua sobrevivência. Com relação à produção agrícola, as mudanças climáticas que ocorreram no processo de surgimento da agricultura levaram ao privilégio para o cultivo de cereais.

Com o aprendizado da agricultura os seres humanos transformaram sua relação com a natureza convertendo os ecossistemas em agroecossistemas, como destacam Mazoyer e Roudart (2010), entre 10.000 e 5.000 anos antes de nossa era. Algumas dessas sociedades neolíticas tinham começado a semear plantas e manter animais em cativeiro, atentando para multiplicá-los e utilizar-se de seus produtos. Nessa mesma época, após algum tempo, essas plantas e esses animais especialmente escolhidos e explorados foram domesticados e,

dessa forma, essas sociedades de predadores se transformaram por si mesmas, paulatinamente, em sociedades de criadores e cultivadores, consolidando ecossistemas cultivados, artificializados, cada vez mais distintos dos ecossistemas naturais originais.

A seleção de alimentos com características como melhor sabor, fáceis de serem cultivados, entre outras, se fortaleceu, sendo que em cada região de origem da agricultura várias espécies foram domesticadas e irradiadas para outras partes do planeta. No centro de origem Médio-Oriental, entre Europa e África, foram domesticadas espécies como o trigo, a cevada, a ervilha, o arroz, o carneiro e o porco. Nos centros de origem das Américas teriam sido domesticados a batata, milho, feijão, mandioca, batata-doce, tomate, entre várias outras espécies (MAZOYER; ROUDART, 2010). Esse processo foi lento, visto que a seleção de características genéticas de preferência foi pautada pela dinâmica específica de cada território.

Nas plantas de multiplicação vegetativa que os cultivadores reproduzem por estaquia de um fragmento do caule (mandioca) ou enterrando um fragmento de tubérculo (batata, inhame), por plantio de um pedaço de rizoma ou rebento lateral (bananeira), cada planta cultivada herda de forma idêntica aos caracteres genéticos da planta-mãe. De tal maneira que é comum supor que as qualidades aparentes de uma planta-mãe selvagem, escolhida por ter dado bons e belos tubérculos, frutos ou raízes, as transmitam integralmente aos seus descendentes cultivados. Ora, não é tão simples assim. Certas plantas proporcionam boas colheitas devido às suas características genéticas próprias, e essa qualidade é, desde então, transmissível. No entanto, outras plantas que não possuem essas características genéticas vantajosas dão resultados tão bons ou ainda melhores quando se desenvolvem em condições microlocais muito favoráveis de solo, de exposição à luz, de umidade ou ausência de concorrência. Ao contrário, plantas geneticamente vantajosas podem encontrar-se em condições desfavoráveis que as impedem de manifestar suas qualidades intrínsecas. Foi, portanto, preciso tempo e atenção para separar as plantas geneticamente vantajosas das plantas simplesmente favorecidas por suas condições de desenvolvimento (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 123, 124).

Com a consolidação de algumas grandes sociedades “civilizadas”, com existência de cidades, como as da Mesopotâmia, do Egito, da Síria ou do Irã, os cereais passaram a ser regularmente cultivados, como a cevada, a espelta, o trigo e os alimentos e bebidas preparadas a partir deles: pães de massa fermentada ou não, bolos, fogaças, biscoitos diversos e cerveja (MAZOYER; ROUDART, 2010).

E foi nesse mesmo contexto que foram estruturados os procedimentos de conservação dos alimentos e o cozimento. Processos como a fervura, a secagem, a maceração, lavagem, salgamento e defumação passaram a ser utilizados regularmente. Todas essas técnicas tinham como objetivo principal melhorar o sabor dos alimentos e torná-los comestíveis ou conservá-los. Portanto, processos como cozinhar, temperar, marinar, macerar, cortar, coar tiveram como função tornar os alimentos digeríveis e não nocivos, tanto ou mais que melhorar o seu sabor, estando estreitamente relacionado aos hábitos alimentares baseados nas crenças de cada cultura (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A agricultura e os processos alimentares, assim, foram progressivamente sendo desenvolvidos de acordo com dinâmicas próprias de cada sociedade ou território. Alguns momentos históricos, no entanto, são representativos em termos de transformações nesse processo. É importante, nesse sentido, destacarmos a transição para o modo de produção capitalista, embora algumas mudanças tenham ocorrido ainda no período feudal.

No continente europeu, durante todo o período feudal, como escreve Suzuki (2007, p. 87), ocorreu a difusão de sementes, com aumento de um banco genético, “[...] diversificando as possibilidades de cultivo, bem como ampliando a extensão de áreas com a presença de alguns alimentos e variedades”, além da introdução de novos cereais como a aveia e a cevada, também ocorrido no período feudal.

Entretanto, a consolidação da indústria e o conseqüente aumento da população urbana (que não produzia seu próprio alimento) levaram a mudanças significativas para o desenvolvimento da agricultura, haja visto a necessidade de aumentar a quantidade de alimentos produzidos. Além disso, as grandes navegações e, com isso, o intercâmbio de produtos entre os continentes, também fortaleceu a agricultura. As especiarias asiáticas (canela, cravo, pimenta) e as plantas alimentícias da América (tomate, batata, cacau, amendoim, milho) chegaram à Europa. As plantas tropicais, como o café, a cana-de-açúcar e o algodão, chegaram ao Novo Mundo, e assim, tiveram um desenvolvimento amplificado. Ressalta-se, ainda, algumas plantas como a bananeira e inhame (CARNEIRO, 2003).

A transformação da terra em mercadoria também sustenta uma mudança no sistema de produção de alimentos neste período. Com isso, muitos camponeses passaram a migrar para as cidades em busca de trabalho, começando a trabalhar nas fábricas, favorecendo a Revolução Industrial. O êxodo rural, a migração de trabalhadores para os centros urbanos em desenvolvimento levou ao aumento da população urbana, contribuindo para um inchaço das cidades. E isso também influenciou nas mudanças técnicas na agricultura, que agora precisava garantir uma produção elevada para várias pessoas que já não produziam sua própria comida.

Na Inglaterra, por exemplo, as leis de cercamento se referem ao cerco dos campos abertos e terras comuns. Os cercamentos foram um tipo de privatização das áreas comuns e a implantação de novas técnicas de agricultura que permitiram a compra (ou apropriação) de campos que eram dos camponeses, pela alta burguesia, favorecendo a migração desses camponeses para as grandes cidades.

Os senhores haviam começado a transformar uma parte de suas terras lavráveis em pastagens para ovelhas e a substituir seus alqueives por cultivos de forrageiras de nabo ou de trevo, privando mais uma vez os aldeões de seu direito de “livre pastejo” nos alqueives. Para fazer com que essa decisão unilateral fosse respeitada, foi-lhes preciso tornar a reordenar suas próprias parcelas, frequentemente imbricadas nas parcelas dos pequenos agricultores, e depois cercá-las. Quase sempre, os senhores aproveitavam a ocasião para se apropriar das melhores terras, e muitos pequenos agricultores, marginalizados, acabaram sendo finalmente expulsos. Como as cercas não paravam nos limites da reserva dominial, muitos camponeses foram privados de suas terras através de todo tipo de estratégias: a não renovação dos contratos de arrendamento com duração limitada, a retomada das terras nos casos de falecimento ou mutações, evicções abusivas etc. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 382).

Além das mudanças nas formas de ocupação das terras, foram importantes também as mudanças técnicas ocorridas no processo produtivo de alimentos, passando por uma nova Revolução Agrícola, que foi resultado de uma série de transformações nos processos produtivos. Antes a produção era artesanal e familiar, todo o processo de produção era feito pelas famílias, mas a partir daí passam a funcionar a partir de uma divisão social do trabalho.

Porém, as adaptações das tecnologias desenvolvidas para a indústria não foram tão rápidas para a agricultura. Um subsetor industrial produzindo bens de produção se desenvolveu então e, no século XIX, a indústria siderúrgica em

plena expansão produziu todos os tipos de novas máquinas, em primeiro lugar para a indústria, mas também para a agricultura e os transportes. Assim, desde a primeira metade do século XIX, a indústria começou a produzir uma gama de novos equipamentos de tração, como os arados charruas, os arados e grades metálicas, semeadeiras, ceifadeiras e colhedoras, bem como todos os tipos de pequenas máquinas para utilização nos estabelecimentos agrícolas, como os limpadores de grãos, os picadores de palha, os picadores de raízes, os moedores, as bateadeiras e malaxadores de leite, os batedores a manivela etc. Mais eficiente que seus ancestrais, tais equipamentos propiciavam um ganho de tempo precioso, em particular nos períodos de trabalho mais intensos do calendário agrícola. Pouco a pouco formaram um novo sistema de utensílios coerentes, que permitiram duplicar a superfície por trabalhador e a produtividade do trabalho nos sistemas sem alqueive (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Os insumos químicos surgem como descrito por Mazoyer e Roudart (2010), com a exploração sistemática dos materiais fosfatados (ossos de gado, espinhas de peixe, nódulos fosfatados de certas areias sedimentares, fosfatos de descalcificação das rochas calcárias (gesso), fosforitos fósseis das cavidades naturais do Planalto de Causses) e seu uso como adubos começaram a surgir.

Finalmente, a partir de 1870, foi a vez de as minas de potássio da Alemanha serem exploradas. O potássio foi o último grande insumo mineral a ser explorado, mas isso não resultou do acaso. Na verdade, o primeiro fator limitante dos rendimentos na agricultura do século XVIII era, na maioria dos solos, o nitrogênio. O efeito benéfico bastante acentuado das leguminosas nas novas rotações bem o demonstra, da mesma forma, aliás, que o sucesso dos adubos nitrogenados, os primeiros colocados no mercado. Mas o aumento do rendimento obtido graças aos adubos nitrogenados chocou-se em seguida com um segundo fator limitante, geralmente o fósforo. Para aumentar mais ainda os rendimentos, foi então preciso acrescentar o fosfato. Enfim, a partir de um certo nível de rendimento, o adubo potássico também se fez necessário, pelo menos em alguns solos. No fim do século XIX os adubos minerais entraram, portanto, em cena, mas seu uso continuava limitado. Não abrangia mais que um quarto da agricultura dos países industrializados e, nas regiões e nas propriedades que os utilizavam, as quantidades empregadas eram incomparáveis com as empregadas hoje. No total, pode-se pensar que em 1900 somente de 10% a 15% dos elementos fertilizantes exportados pelas colheitas provinham de adubos minerais, enquanto todos os demais provinham sempre do próprio ecossistema cultivado. Os adubos minerais não tinham ainda, portanto, revolucionado a agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 410 e 411).

Em processo similar, também foram desenvolvidas tecnologias mecânicas que, gradativamente, aumentam a produtividade de trabalho, dispondo um elemento a mais para a produção alimentar. Entende-se que tal movimento se inicia com a máquina a vapor, mas somente se consolida no final da Primeira Guerra Mundial. O período entre os séculos XVI e XIX é marcado não só pelo desenvolvimento da agricultura com caráter capitalista, mas também pelo começo das pesquisas voltadas para a agricultura, tendo objetivo de aumentar essa quantidade de alimentos ou matérias primas.

A transformação da agricultura também gera uma transformação na alimentação, promovendo um afastamento, cada vez maior, entre os seres humanos e a natureza. Nesse contexto, a comida que era um processo local torna-se um movimento global. O Brasil, por exemplo, tornou-se um dos maiores produtores agrícolas do mundo, mas a produção não necessariamente está voltada para o combate da fome do povo brasileiro. Ao mesmo tempo que tal processo permitiu o acesso (para parte pequena das pessoas) a alimentos globais, também promoveu a industrialização e ultraprocessoamento que diminuiu consideravelmente a qualidade alimentar.

O ponto chave para que isto ocorresse foi a terceira revolução agrícola, com caráter capitalista, com implantação de pacotes tecnológicos e monopolização de toda a cadeia produtiva de alimentos. Isso significou o desenvolvimento e a distribuição de grãos de alto rendimento, sementes híbridas, fertilizantes sintéticos, herbicidas e pesticidas. “Reutilizando” tecnologias da segunda guerra mundial, com sua adaptação para a produção agrícola. Essas “novas” tecnologias aliadas ao contexto político-ideológico da Guerra Fria, possibilitaram o desenvolvimento de uma base para a transformação ampla da agricultura.

Portanto, embora essa transformação na agricultura e produção de alimentos tenha tido um fator técnico central, foram os elementos ideológicos que permitiram sua consolidação como modelo de produção hegemônico mundialmente, processo consolidado com a implantação da Revolução Verde.

A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa,

Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A Revolução Verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde uma técnica argumentativa (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 226).

Essa transformação da agricultura, atendendo às necessidades do mercado, propõe que tudo pode ser solucionado a partir da tecnologia. Conseqüentemente, com o fortalecimento das indústrias de base agrícola, a agricultura deixou de ser um setor econômico próprio, passando a integrar a dinâmica da produção industrial. Com a consolidação do capitalismo industrial brasileiro, gerou-se uma mudança na cadeia estrutural da agricultura a partir de um conjunto de variáveis econômicas, sociais e políticas. Constrói-se, assim, uma forma de dominação da agricultura e conseqüentemente da alimentação.

Esse pacote tecnológico apresentou como objetivo principal aumentar a produção de alimentos e acabar com a fome no mundo. Pode-se dizer que houve uma elevação na produção de grãos, principalmente, mas não uma diminuição da fome. Como descrito por Esteve (2017), o “problema da fome não está na produção de alimentos, mas em sua distribuição. Não se trata de produzir mais, ou de encontrar novos alimentos, mas de distribuir aqueles já existentes e torná-los acessíveis às pessoas”. Portanto isso significa muito mais a privatização dos insumos e das práticas agrícolas, do que de fato o intuito de acabar com a fome.

Esses impactos acabaram por promover a fome, pois retiraram os agricultores do campo, elevando a população urbana. Esta atuação, levou ao desaparecimento dos conhecimentos dos agricultores e conseqüentemente de várias espécies agrícolas. Como descreve Fonseca (1985) foi um processo “um projeto educativo para a capital”. Houve assim, a estruturação de um modelo de produção política e ideologicamente baseado no monopólio sobre as sementes e outros insumos por algumas poucas empresas. A aceitação dos agricultores deste pacote ocasionou ao mesmo tempo a destruição da base de conhecimentos camponeses sobre a agricultura que influenciou também no sistema alimentar dos povos brasileiros. Esse processo resultou na Revolução Verde e, posteriormente, na consolidação do Agronegócio e novamente em uma intensificação da padronização alimentar.

1.2 Agronegócio: violência e monopólio da comida

Os modelos de produção estabelecidos globalmente têm como padrão hegemônico, o Agronegócio¹. Este modelo, monopolizado por algumas corporações, têm impacto fortemente na vida das pessoas, pois promove a contaminação do ambiente e das pessoas, além de ser concentrador de renda, ocasionando pobreza onde está territorializado.

Agronegócio, o termo foi criado para conduzir as conexões de atividade econômicas, uma delimitação do sistema integrado de produção, entre setores agropecuário e industrial. Como discutiram Leite e Medeiros (2012), para os introdutores do termo, “tratava-se de criar uma proposta de análise sistêmica que superasse os limites da abordagem setorial então predominante”.

No Brasil o termo agronegócio pode ser compreendido como o processo de industrialização da agricultura e tem sido utilizado para “justificar a criação das chamadas cadeias produtivas”, com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura. (MENDONÇA, 2013).

Leite e Medeiros (2012) entendem que, nos anos 1980 e início dos 1990, autores com diferentes formações disciplinares e com referenciais teóricos e ideológicos os mais variados começaram a substituir a expressão “agricultura (ou agropecuária) moderna” por “agroindústria”, e a figura dos “complexos agroindustriais” passou a ser moeda corrente. A preocupação era assinalar a integração agricultura/indústria pelas “duas pontas”: insumos e produtos, expressão que teria assumido a “industrialização da agricultura” formulada por Kautsky no início do século XX. Como ressaltado por (Leite e Medeiros apud Heredia, Palmeira e Leite, 2012 , p. 83), “a ideia do ‘agronegócio’ se tornará uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado ‘agrícola’ perde importância e o lado ‘industrial’ é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento”.

¹ O conceito de agronegócio é recente no Brasil, chegou a partir dos anos 1980, e começou a ganhar força na década seguinte, graças a Ney Bittencourt de Araújo, da Agrocere. O termo tem origem nos Estados Unidos e se consolidou definitivamente quando Roberto Rodrigues, acadêmico e ruralista, chegou ao Ministério da Agricultura do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2003. Rodrigues foi um dos defensores da aplicação da expressão aqui no Brasil, primeiro como agribusiness e depois em seu formato atual. (FUHRMANN, 2022).

Portanto, como descreve Mendonça (2013), os elementos na política agrícola brasileira, que priorizam incentivos para a exportação de commodities agrícolas e minerais, desde o período colonial até a atualidade, quando se elabora a definição do então chamado agronegócio. Ao analisar a adoção do conceito que fica conhecido principalmente como agrobusiness no Brasil, percebemos que está baseado em uma perspectiva que adota a ideia de desenvolvimento como sinônimo de “progresso tecnológico”.

O monopólio dos alimentos, uma situação econômica de produção e comercialização, a união de empresas, a adoção de práticas comerciais visando controlar preços, o controle das matérias primas é a divisão do mercado. Este cenário estabeleceu relações capitalistas tanto na cidade quanto no campo, gerando uma padronização alimentar.

Esse processo de monopolização dos alimentos abrange desde a produção, no contexto da agricultura, até o consumo final realizado pelos povos. O controle sobre a posse da terra é o primeiro fator de concentração e dificulta a produção alimentar. A não realização de uma reforma agrária no Brasil impossibilita a democratização de acesso à terra e, conseqüentemente, atrapalha a produção de alimentos produzidos pelos camponeses.

Em especial com o governo favorecendo o agronegócio nas últimas décadas, fazendo com que as corporações que controlam as relações de trabalho no campo e produção tenham crescido e se aglomerado. Este crescimento tem ocorrido em especial a partir do mercado de químicos e sementes. Ou seja, as mesmas empresas que controlam o mercado de produtos químicos em geral também controlam o mercado de sementes.

Os maiores produtores de fertilizantes, que controlavam o mercado mundial no período de disseminação do agronegócio na América Latina, eram empresas estadunidenses, principalmente W. R. Grace, Mosanto, International Mineral & Chemicals, Williams Companies, Beker, Exxon e Allied Chemical. (MENDONÇA, 2013).

Após a consolidação mundial do agronegócio, como exemplificado por Esteve (2017), a Monsanto é a quinta maior empresa agroquímica do mundo. Controla 7% do mercado de inseticidas, herbicidas, fungicidas etc. Além somente de outras empresas líderes, como Syngenta, que domina 23% do negócio de pesticidas, Bayer, com controle de 17%, BASF, com 12% de Dow

AgroSciences, com quase 10%. Cinco empresas controlam, assim, 69% dos pesticidas químicos sintéticos aplicados às culturas em todo o mundo.

Da mesma forma, atualmente se tem diminuído as corporações que controlam a produção e comércio de insumos para a agricultura, incluídos aí principalmente os agrotóxicos e as sementes. De acordo com Pelaez (2010), em 2010 seis empresas juntas tiveram o controle de nada menos que 67,8% do mercado de agrotóxicos e sementes. São elas: Syngenta (18,6%); Bayer (15,2%); Basf (11,2%); Dow AgroSciences (10,2%); DuPont (6,5%); Monsanto (6,1%).

Esse processo de monopolização se ampliou nos últimos anos, com a compra da Monsanto pela Bayer e da Syngenta pela chinesa ChemChina. Isto tem impactado diretamente sobre o processo produtivo e a disponibilização de alimentos, desde que estas empresas produzem commodities direcionadas ao mercado externo, comprometendo diretamente a produção de alimentos para o abastecimento interno. E o mesmo processo tem ocorrido no setor de processamento e comercialização dos alimentos, com poucos grupos controlando todo o mercado.

As redes de comercialização, especialmente os supermercados contribuem para o declínio do comércio local, a perda de trabalho e a erosão do comércio local tradicional. Quando desaparecem os pequenos comércios, desaparece também a renda da comunidade local. Geralmente, não percebemos o desaparecimento de determinados comércios tradicionais pelo fato de acharmos que esses supermercados com produtos diferentes e de diferentes regiões acaba sendo melhor que os pequenos comércios locais onde possivelmente sabemos de onde vem o alimento, quem planta, se contém produto químico ou não. As redes de supermercados também têm sido concentradas cada vez mais.

Grupos como Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart são as redes de maior faturamento no Brasil, um total de R \$114,6 bilhões em 2016, segundo a Associação Brasileira de Supermercados. Estas três redes são responsáveis pela maior parte dos 20 mil produtos com marcas lançadas anualmente e controlam 50% dos alimentos comercializados no Brasil, segundo a CONAB. Esta concentração dos mercados de alimentos desestabiliza as economias locais, uma vez que reproduzem a geração de necessidades artificiais em contraposição aos pequenos mercados que comercializam o que é produzido na região. (ESTEVE, 2017, p. 19).

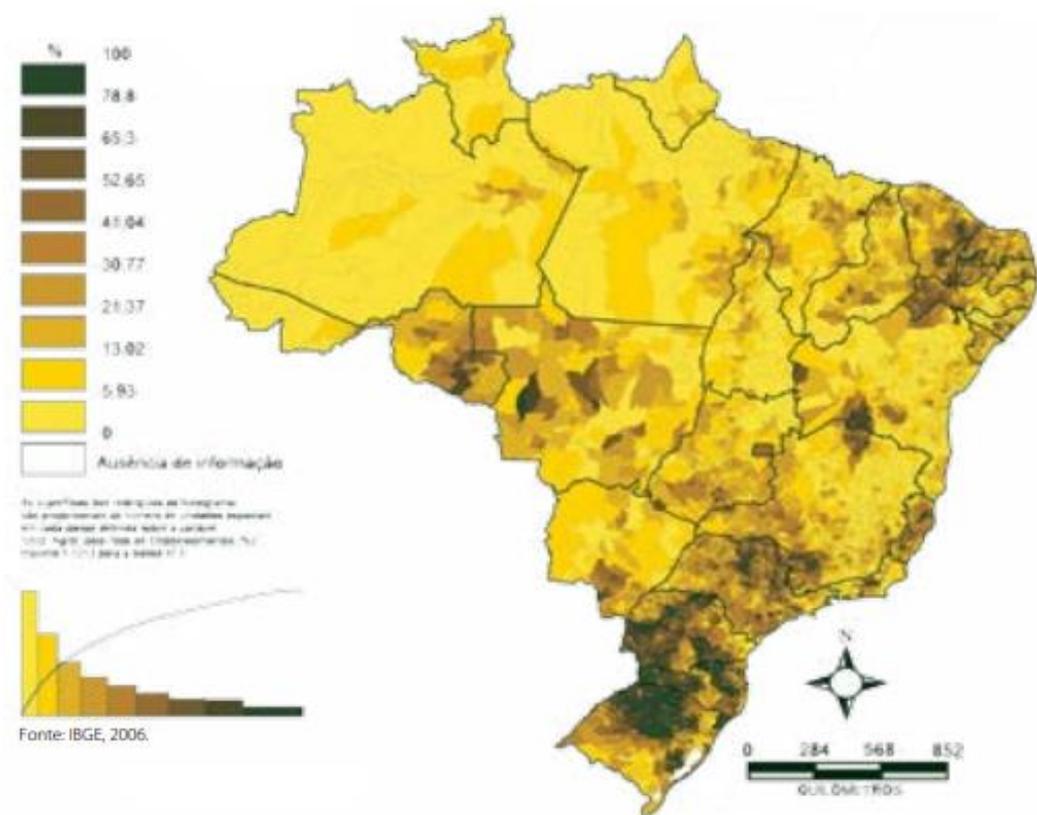
Os supermercados também são responsáveis pela imposição desse modelo agrícola e alimentar. Como ressaltado por Esteve (2017), seu objetivo é controlar toda cadeia alimentar, reduzindo custos de produção e aumentando o preço final dos alimentos, para obter o máximo de lucros possível. Ao agricultor é pago o menor preço, sujeitando os agricultores em situação de subalternidade aos grandes conglomerados econômicos do agronegócio.

Nesse contexto, a monopolização das terras, dos insumos agrícolas, das práticas, da distribuição e comercialização dos alimentos gera um constante domínio sobre a comida. Ao mesmo tempo, esse monopólio afeta diretamente os camponeses uma vez que são expulsos de seus territórios, e a população consumidora de alimentos que se torna cada vez mais refém das corporações e do agronegócio e das redes de supermercados. E isso compromete toda a segurança e soberania alimentar dos povos brasileiros.

Os agrotóxicos ao longo do tempo, podem sofrer processos químicos, físicos e até mesmo biológicos, alterando o seu comportamento. A aplicação desses produtos vai gerando cada vez mais a dependência pois os processos naturais (que ocorrem durante o plantio) não são respeitados. Como todo organismo malnutrido fica vulnerável, atraindo os fungos, insetos, ácaros, “plantas invasoras” e entre outros. Aquilo que é chamado de “pragas da agricultura”, para combater esse desequilíbrio causado artificialmente, acaba intensificando a utilização de herbicidas, fungicidas e inseticidas.

Como é analisado pelo DOSSIÊ ABRASCO (2015), as maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com as regiões de maior intensidade de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz. Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos, representando 18,9%, seguindo de São Paulo 14,5%, Paraná 14,3%, Rio Grande do Sul 10,8%, Goiás 8,8%, Minas Gerais 9,0%, Bahia 6,5%, Mato Grosso do Sul 4,7%, Santa Catarina 2,1%.

Figura 1.2 - Utilização de agrotóxicos por municípios brasileiros em 2006



Os agricultores e agricultoras, que aplicam esses produtos, se tornam mais vulneráveis, estando em exposição direta. Frequentemente, esses trabalhadores não utilizam os equipamentos de proteção corretamente, além de não saber o que pode ocorrer com o seu próprio corpo em relação a essa exposição.

Entretanto, esses riscos não se restringem somente a eles, mas sim a toda população uma vez que a água, o ar e os alimentos podem estar contaminados.

Um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todas os 26 estados do Brasil, realizada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa (2011). 63% das amostras analisadas apresentaram contaminação por agrotóxicos, sendo que 28% apresentaram ias não autorizados (NAs) para aquele cultivo e/ou ultrapassaram os limites máximos de resíduos (LMRs) considerados aceitáveis. Outros 35%

apresentaram contaminação por agrotóxicos, porém dentro desses limites. Se esses números já delineiam um quadro muito preocupante no concernente à saúde pública, eles podem não estar ainda refletindo adequadamente as dimensões do problema, seja porque há muita incerteza científicas embutidas na definição de tais limites, seja porque os 37% de amostras sem resíduos se referem aos IAs pesquisados (235 em 2010), o que não permite afirmar a ausência dos demais (cerca de quatrocentos), inclusive do glifosato, largamente utilizado (40% das vendas) e não pesquisado não PARA. (DOSSIÊ ABRASCO, 2015, p. 56).

No Brasil, milhares de pessoas sofrem com essa exposição aos agrotóxicos. Permite-se limites de resíduos no Brasil que acabam sendo superiores aos limites permitidos na União Europeia. Como é analisado por Bombardi (2017), no caso do herbicida 2,4 D, segundo agrotóxico mais vendido no Brasil, seu LMR (limite máximo de resíduo) na água potável brasileira é 300 vezes maior que na água potável da União Europeia. Talvez um dos mais emblemáticos destes exemplos seja o caso do limite do Glifosato, que tem o limite de resíduos máximos permitido na água "potável" do Brasil 5.000 (cinco mil) vezes superior ao limite estabelecido na União Europeia. Tais limites, ou a ausência de limites estabelecidos para alguns resíduos de agrotóxicos na água.

O número de liberação de agrotóxicos é crescente desde 2016, porém desde o início do governo de Jair Bolsonaro, o atual presidente do país, o aumento tem sido ainda maior. Destacamos ainda que, nesse período, só houve divulgação de alimentos coletados pelo Programa de Análise de Resíduos em Agrotóxicos (PARA) até 2018. Este programa monitora alimentos vendidos em supermercados e feiras, a fim de focar nos riscos à saúde do consumidor, monitorando assim resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Porém, desde de 2020 a pesquisa se encontra paralisada.

Todas essas questões apresentadas causam, direta ou indiretamente, a fome de significativa parcela da população, compondo um conjunto de problemáticas causando a insegurança alimentar grave e leve. Este é um dos grandes problemas que as sociedades enfrentam, conseqüentemente por conta dos interesses de lucro do capital. Como mencionado por Castro (1984), a fome e a desnutrição não são uma ocorrência natural, mas resultado das relações de produção que os seres humanos estabeleceram entre si.

Embora à primeira vista possa não parecer, a agricultura e a pecuária industrial são dois dos principais responsáveis pela mudança climática. De acordo com pesquisa realizada pela organização Grain (2011b), entre 44% e 57% das emissões de gases de efeito estufa são causadas pelo conjunto de modelos de produção, distribuição e consumo de alimentos. Essa cifra é calculada pela soma das emissões decorrentes das atividades estritamente agrícolas (11,18%), das mudanças no uso da terra e desmatamento para fins agrícolas (15-18%), do processamento, transporte, embalagem e refrigeração dos alimentos (15-20%) e dos resíduos orgânicos (3-4%). (ESTHER, 2012, p 53).

Segundo o relatório da Trase (2020), a expansão das pastagens de gado e da soja é o principal motor do desmatamento. Embora as ²taxas anuais de desmatamento tenham caído em grande parte da América Latina, o impacto ambiental de desmatamentos contínuos cresce à medida que os biomas diminuem de tamanho. Um hectare de desmatamento hoje representa uma perda muito maior do que seria há uma década. Em termos de hectares de desmatamento por hectare de bioma remanescente, um hectare desmatado no Gran Chaco tem 1,3 vezes o impacto da mesma perda no Cerrado brasileiro e 6,5 vezes o impacto da mesma perda na Amazônia (TRASE, 2020).

A pastagem é de longe o principal uso da terra para ocupar terras recém-desmatadas na América Latina dentro de cinco anos após o desmatamento. A Trase estima que em 2018 a expansão das pastagens foi responsável por 81% do desmatamento na Amazônia brasileira, mais de 95% do desmatamento no Chaco paraguaio, e 54% no Cerrado (TRASE, 2020).

Com o relatório Trase (2020), se pode afirmar que mais de 70% do comércio de exportações de carne do Brasil e Paraguai e óleo de palma para a Indonésia. As empresas comerciais que dominam as exportações de commodities são normalmente associadas à maior parte do risco de desmatamento. Esse alto nível de concentração de mercado em contraste com o número muito maior de produtores, fabricantes e varejistas significa que esse pequeno grupo de empresas comerciais está em uma posição forte para alavancar mudanças em todo o sistema na sustentabilidade da cadeia de suprimentos.

No caso da soja brasileira, segundo a Trase (2020), menos de 1% dos 2.308 municípios produtores de soja responderam por mais da metade do risco

² Gran Chaco/**Chaco**, um grande bioma de florestas secas, localizada em uma planície, entre a Argentina, Paraguai, Bolívia e Brasil.

de desmatamento de soja associado às exportações em 2018. A concentração do risco de desmatamento é semelhante para a carne bovina brasileira em 2017 (mais da metade em 2% dos 2.803 municípios produtores), soja argentina em 2018 (2% dos 205 departamentos produtores de soja) e óleo de palma indonésio em 2015 (6% dos 249 distritos produtores).

Os dados da Trase mostram que o carbono as emissões associadas às commodities produzidas nos 10% das regiões mais desmatadas são muitas vezes superiores aos níveis médios no caso das exportações de carne bovina brasileira (775%), soja brasileira (940%) e óleo de palma indonésio (630%). (TRASE, 2020, p. 6).

A regência brasileira se mostra cada vez mais forte em relação ao agronegócio. Mas ao mesmo tempo, não se esforça com gastos, quando se trata de proteger a saúde dos povos e do ambiente, dos impactos gerados por esse sistema agroalimentar, não alimentar, não são poucos. O agronegócio não produz sem os imensos “investimentos” públicos³, o agronegócio no Brasil não produz quase nada com o seu próprio dinheiro, e quando produz é escassa (TRASE, 2020). Esse dinheiro vem através de incentivos de financiamentos, sendo ele subsídio direto do governo, dos bancos públicos, através de empréstimos com juros baixos e com parcelas enormes.

Portanto, quando paramos para pensar quanto custa os tratamentos de trabalhadores que foram contaminados pelo agronegócio, sendo uma contaminação aguda ou crônica, sendo o Brasil um dos maiores consumidores de agrotóxicos. Quanto custa a perda da biodiversidade, dos ecossistemas, a perda das chuvas. E quanto que custa para a sociedade diminuir o efeito da pobreza, da concentração da terra e da concentração de renda. Portanto, existe a necessidade de pensar na agroecologia como uma “salvação”, de um colapso ambiental, cultural, social e também político.

³ A contestação ao agronegócio como “a indústria riqueza do Brasil”, termo da propaganda “O Agro é pop” tem vários aspectos. Os geógrafos Marco Antonio Mitidiero Junior e Yamila Goldfarb escreveram o artigo “O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo”, para a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) com apoio da fundação Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, para derrubar essa falácia. “A análise da balança de pagamentos e dos créditos recebidos pelo setor somados aos incentivos fiscais, como é o caso da Lei Kandir, à baixa arrecadação, como no caso do ITR, e à constante renegociação e perdão das dívidas do setor mostra um país atado a uma economia reprimarizada, de uso intensivo de recursos naturais e profundamente dependente”, afirmam. O levantamento mostra, com base nos dados e na classificação do IBGE, que a participação da agropecuária no PIB foi em média de 5,4% entre os anos de 2002 e 2018. (Fuhrmann, 2022).

1.3 Agroecologia como contraponto produtivo e político

A agroecologia é algo relativamente novo, estando em constante construção. A agroecologia vai além de técnicas agronômicas, sustenta um desenvolvimento social, político, cultural e científico, questionando as relações de poder. Ela pode ser entendida como uma dimensão científica, prática agrícola e um movimento social/político, superando diversos danos causados pelas práticas da agricultura “convencional”. Busca construir uma agricultura através de uma perspectiva ecológica, utilizando os agroecossistemas como um todo. Dispondo de uma construção coletiva de conhecimentos, composta por saberes científicos e tradicionais/empíricos. Buscando uma agricultura mais justa e respeitosa.

A agroecologia tem sido definida a partir de três acepções interdependentes: como uma prática, como um enfoque científico e como um movimento social. Como prática social, ela se expressa nas variadas formas por meio das quais a agricultura familiar camponesa, indígena e povos e comunidades tradicionais organizam seu trabalho para a produção diversificada de alimentos e outros produtos agrícolas, por meio de processos cooperativos desenvolvidos em estreita interação com as dinâmicas ecológicas e socioculturais dos territórios nos quais se enraízam. Ao empregar abordagens sistêmicas e participativas, a agroecologia articula conhecimentos de fronteira de diferentes disciplinas científicas com saberes biculturais populares. Ao mesmo tempo, apresenta-se como uma teoria crítica que formula um questionamento radical à agricultura industrial e ao regime alimentar corporativo. Em sua dimensão política, organiza-se como um movimento social emergente que articula sujeitos explicitamente envolvidos em sua construção prática e teórica, além de crescentes segmentos da sociedade que se acercam às suas ideias e experiências a partir de seu engajamento nas lutas por justiça social e ambiental, pela integridade ecológica dos biomas, pela saúde coletiva, pela economia social e solidária, pela igualdade entre homens e mulheres, contra o racismo e a LGBT+fobia e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades. Sinteticamente, a agroecologia se afirma pela sinergia virtuosa entre prática social, teoria científica e movimento político, condensando em um todo indivisível seu enfoque analítico, sua capacidade operativa e sua força social transformadora. (PETERSEN; MONTEIRO, 2020, P. 1).

A Agroecologia, também representa uma dinâmica de produção de alimentos seguros e saudáveis, que possibilita estratégias de produção e distribuição mais justas, garantindo diretamente a soberania alimentar e segurança alimentar. Se colocando contra uma agricultura que concentra terras,

que contamina seus povos e o ambiente, que promove violência no campo, que promove o desrespeito aos povos tradicionais, que desvaloriza o conhecimento empírico/tradicional, que promove o inchaço urbano, que utiliza cada vez mais insumos químicos altamente tóxicos. Podemos dizer que a agroecologia tem diferentes representações e uma delas é a resistência ao agronegócio. Pois enquanto o agronegócio se consolidava, havia outras propostas mais sustentáveis de agricultura também sendo praticadas e desenvolvidas.

Como descrito por Leonel Júnior (2020) o modelo agroecológico não é pensado para estruturas latifundiárias, nem é pensado a partir de uma lógica de exploração do ser humano pelo ser humano, mas sim para a liberação e a interação do ser humano com a natureza.

O termo agroecologia aparentemente surgiu na década de 1930, mas foi somente nos anos 1980 que começou a ser popularizado. Como descrito por Guhur e Toná (2012), o uso do termo agroecologia se popularizou nos anos 1980, a partir dos trabalhos de Miguel Altieri e, posteriormente, de Stephen Gliessman, ambos pesquisadores de universidades estadunidenses e atualmente considerados os principais expoentes da “vertente americana” da agroecologia.

No final da década de 1990, e com maior força a partir do início dos anos 2000, os movimentos sociais populares do campo, em especial aqueles vinculados à Via Campesina, incorporaram o debate agroecológico à sua estratégia política e passaram a dar contribuições importantes. Podemos citar a Jornada de Agroecologia (cujo lema é “Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos”), realizada anualmente no Paraná desde 2002, com um público médio de 4 mil participantes; a campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”, lançada pela Via Campesina durante o III Fórum Social Mundial, em 2003; e a ocupação do viveiro de mudas da multinacional Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, com a destruição de mudas ilegais de eucalipto transgênico. (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 61-62).

Como podemos entender na reflexão de Guhur e Toná (2012), em 2002 acontece a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia, que marcou a tentativa de articulação nacional dos movimentos e organizações ligados à agroecologia. Em 2003, realizou-se o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovido anualmente desde então. Desses dois eventos, resultaram duas entidades de abrangência nacional: a Articulação Nacional de Agroecologia

(ANA), fundada em 2002, e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2004.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) foi criada a partir de três eventos no ano de 2004. Sua finalidade nada mais é do que incentivar e contribuir para a produção de conhecimento técnico científico, no campo da agroecologia, ligada intrinsecamente ao saber tradicional. Com vista a aprofundar as discussões que vão desde a produção dos alimentos até o consumo, e contribuindo para a elaboração e implementação de políticas públicas, buscando a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social (ABA, 2021).

Já a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi fundada em 2002 e consiste em um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, as quais são engajadas em experiências concretas com vistas a promover a Agroecologia, por meio do fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional (ANA, 2021).

Portanto, a agroecologia não é um movimento recente, mas sim seu termo, já que é resultado de propostas alternativas de agricultura que vêm sendo desenvolvidas há muitas décadas, como a Agricultura Natural, Agricultura Biodinâmica, Permacultura, entre outros.

A agroecologia é frequentemente confundida com a agricultura orgânica, por, mas que seja diferente. Agricultura orgânica ocupa-se com uma produção mais saudável, sem diversos produtos químicos. Ou seja, se refere ao processo produtivo, utilizando-se de forma sustentável os "recursos" naturais, podendo ou não apresentar selo de garantia orgânica do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica, não prejudicial ao agroecossistema local, sendo ela uma produção primária e processada.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020) a legislação brasileira considera produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele que é obtido em um sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao

ecossistema local. Para serem comercializados, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismos credenciados no Ministério da Agricultura, sendo dispensados da certificação somente aqueles produzidos por agricultores familiares que fazem parte de organizações de controle social cadastradas no MAPA, que comercializam exclusivamente em venda direta aos consumidores.

Imagem 2: fluxograma, Agroecologia



Seguindo em um contexto mais amplo, a agroecologia pode ser representada de diferentes formas. Uma delas são as técnicas de agricultura utilizando princípios ecológicos para conciliar agricultura com a natureza. Tendo técnicas como: cobertura de solo, uso de plantas adubadeiras, sementes crioulas entre outros. Contendo diferentes formas como: agricultura biodinâmica, jardins comerciais, sistemas agroflorestais, agricultura sintrópica.

Agroecologia tem como um dos principais pilares o estudo dos ecossistemas garantindo o desenvolvimento de uma agricultura produtiva e sustentável. A não utilização de diversos produtos químicos como os agrotóxicos, a não utilização dos transgênicos, a preservação do ambiente e de um trabalho coletivo e justo.

Um dos conceitos-chave que orientam teórica e metodologicamente a agroecologia é o de agroecossistema, unidade de análise que permite estabelecer um enfoque comum às várias disciplinas científicas. Um

agroecossistema é, em resumo, um ecossistema artificializado pelas práticas humanas, por meio do conhecimento, da organização social, dos valores culturais e da tecnologia, de maneira que sua estrutura interna é “uma construção social produto da coevolução entre as sociedades humanas e a natureza” (GUHUR; TONÁ, 2012).

Como escrito por Monteiro (2012), para a ciência da agroecologia, que busca aplicar os princípios da ecologia à agricultura, o conceito de agroecossistema é a unidade básica de análise e intervenção. A agroecologia fornece as bases para desenhar e manejar os agroecossistemas, a fim de que sejam produtivos e sustentáveis, e garanta, hoje e no futuro, as condições para que a humanidade tenha alimentos, fibras, plantas medicinais, aromáticas e cosméticas, madeira, água, ar puro, solos e paisagens protegidos.

Pois o agroecossistema é pensado em inserir uma centralidade ao trabalho da família, pois é ela que desenha e maneja os agroecossistemas, em cooperação com outras famílias ou até mesmo recorrendo a trabalhos externos. Muitas vezes os agroecossistemas das famílias extrapolam os limites físicos de uma propriedade familiar ou de um lote de assentamento, pois há outras áreas às quais as famílias têm acesso – locais de uso comunitário, rios, lagos, açudes, áreas de mata nativa onde é praticado o agroextrativismo, pastos de uso comum, entre outras. É importante perceber que o agroecossistema tem uma ecologia que pode ser analisada à luz dos ecossistemas naturais do lugar; mas também engloba um conjunto de relações sociais e econômicas. Diferentemente dos ecossistemas não manejados, os agroecossistemas têm a função de gerar produtos para os seres humanos. E, para as famílias agricultoras, é do agroecossistema que é obtida a renda monetária. (MONTEIRO, 2012, p. 70-71).

Como mencionado por Monteiro (2012), os agroecossistemas camponeses, desenhados segundo os princípios da agroecologia, buscam relações de maior autonomia com o ambiente econômico externo, seja garantindo diversidade de produção para autoconsumo – e, portanto, gerando renda não monetária, seja evitando ou minimizando o consumo de insumos e equipamentos industriais tratores, equipamentos de irrigação, fertilizantes, sementes comerciais e agrotóxicos, seja buscando diversificar os mercados para os produtos agrícolas gerados nos agroecossistemas, priorizando os mercados locais e evitando, sempre que possível, relações de subordinação aos mercados capitalistas. O enfoque agroecológico, propõe a construção de relações sociais

nos agroecossistemas pautadas em noções como cooperação, solidariedade e promoção da participação livre das mulheres e dos jovens, além de promover o resgate e aprimoramento do patrimônio cultural dos agricultores.

A agroecologia, em resumo, representa um novo paradigma, que situa a agricultura como base para a construção de uma sociedade mais justa, garantindo a produção em quantidade e qualidade de alimentos saudáveis para alimentar toda a população. A seguir, buscamos entender como está organizado o processo produtivo no município de Goiás.

2 AGRICULTURA E MODELOS DE PRODUÇÃO no município de Goiás e sua transição agroecológica

2.1 A questão agrária no município de Goiás

O município de Goiás está localizado no centro-oeste brasileiro, localizado a 135 km de Goiânia, capital do estado de Goiás, e a 297 km de Brasília, capital brasileira. Situada no noroeste goiano, tendo uma área territorial de 3.108 km², com uma população estimada, em 2021, de 22.122 habitantes. (IBGE, 2022). Existe, no território do entorno, onde está inserido o município de Goiás, uma presença marcante do plantio de monoculturas, como milho, cana-de-açúcar, soja, tomate, laranja, sorgo e eucalipto. Porém, no território específico do município existe uma predominância de atividades agropecuárias, com destaque para a pecuária leiteira e de corte.

Historicamente, essa organização produtiva no município, teve como base uma estrutura fundiária concentrada em grandes latifúndios. Isto foi resultado, como estudado por Souza (2021), do controle de poucas famílias sobre o território, sendo que cerca de 75% de sua área territorial (23.000 hectares), nos anos 1980, estavam concentradas por apenas 9 grupos familiares. Com raízes ainda no processo inicial de colonização, tal estrutura fundiária se solidificou, consolidando também uma perspectiva produtiva calcada na pecuária extensiva de corte, tendo como atividade secundária a produção leiteira.

Essa estrutura somente foi significativamente modificada a partir da década de 1980, com o processo de luta pela terra iniciado no contexto de redemocratização do país. A criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre 1984 e 1985, assim como a luta capitaneada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) contribuiu com a retomada de territórios camponeses nacionalmente e, em específico no estado e no município de Goiás.

Neste município, a luta pela terra foi marcada pela articulação de diferentes organizações e movimentos sociais, tendo aqui uma contribuição decisiva da parte progressista da Igreja, com destaque para a atuação da CPT. Nesse contexto, em 1985 ocorreu a ocupação da fazenda São Sebastião do Mosquito, de propriedade de Urbano Berquó, constituindo em 1986, após longo

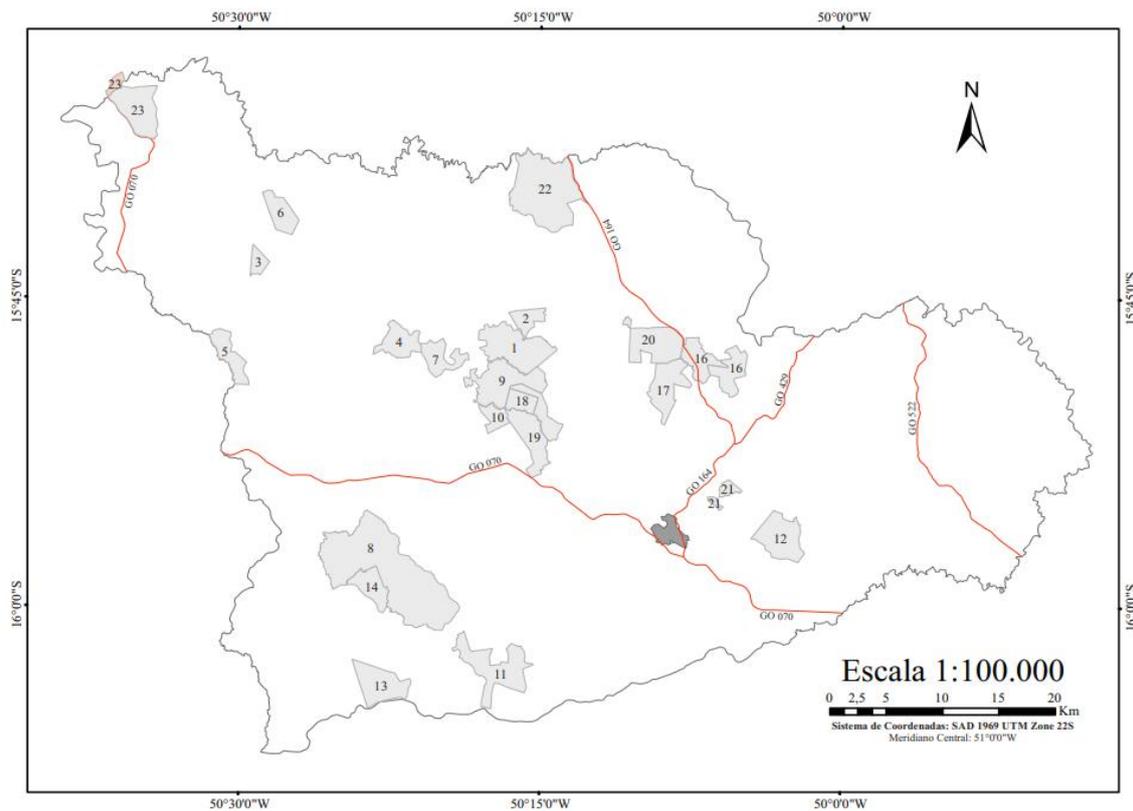
processo de luta, o primeiro assentamento rural no município de Goiás. Foi criado o Assentamento Mosquito, com 43 famílias assentadas (INCRA, 2016).

Após a criação deste primeiro assentamento, a luta pela terra se intensificou no município e região, tornando se instituídos, a partir da luta camponesa, mais 23 Assentamentos Rurais. Sendo assim, o município de Goiás é aquele com a maior concentração de assentamentos criados no estado, com 24 assentamentos rurais e mais de 700 famílias assentadas, conforme mapa 1 (INCRA, 2021). Janiel Divino de Souza, em seu trabalho, resume a sequência, após a criação do Mosquito, de outros 22 Assentamentos Rurais. Destacamos que o Vigésimo Quarto assentamento (São Domingos de Gusmão), foi criado posteriormente e ainda se encontra em processo de estruturação.

Dois anos depois, em 25 de abril de 1988, temos a criação do P. A. São João do Bugre, que assentará 9 famílias em 454,83 ha. Em 1991 teremos a criação de mais quatro projetos de assentamento, seriam eles: P. A. Acaba Vida II assentando quatro famílias em 271,8 ha; P.A. Rancho Grande assentando 21 famílias em 800,15 ha; P.A. Retiro assentando 23 famílias em 736,45 ha; P.A. São Felipe assentando 11 famílias em 674,49 ha. No ano de 1995 serão criados o P.A. Lavrinha assentando 28 famílias em 706,71 ha e o P.A. São Carlos que vem a ser o maior do município assentando 155 famílias em 5711,82 ha. Um ano depois, em 1996, teremos a criação de mais seis projetos de assentamento, o P.A Mata do Baú assentando 37 famílias em 1561,07 ha, o P.A. Novo Horizonte assentando 18 famílias em 1018,50 ha, o P.A. Bom Sucesso assentando 29 famílias em 1714,16 ha, o P.A. Paraíso assentando 36 famílias em 1278,80 ha, o P.A Burity Queimado assentando 26 famílias em 1198,15 ha, e o P.A. União dos Buritys assentando 22 famílias em 760,69 ha. Em 1997 teremos mais três projetos de assentamento criados, o P.A Baratinha assentando 15 famílias em 762,89 ha, o P.A Vila Boa assentando 12 famílias em 793,22 ha e o P.A. Engenho Velho assentando 30 famílias em 1122,17 ha. Em 1998 teremos a criação de outros três projetos de assentamento, o P.A Magali assentando 8 famílias em 423,25 ha, o P.A Varjão assentando 19 famílias em 1088,88 ha e o P.A Holanda assentando 31 famílias em 1347,02 ha. Em 1999 temos a criação do P.A. Serra Dourada assentando 15 famílias em 239,39 ha, em 2005 o P.A. Dom Tomás Balduino assentando 65 famílias em 2961,39 ha, e em 2014 o mais recente assentamento criado no município, o P.A Padre Felipe Leddet assentando 43 famílias em 1499,23 ha. Totalizando assim 23 projetos de assentamentos, assentando 700 famílias em 28.911,32 hectares de terra (SOUZA, 2016, p. 30).

No mapa 1 podemos observar a espacialização dos assentamentos rurais no território do município de Goiás, assim como dados de área e número detalhado de famílias assentadas.

Mapa 1 - Assentamentos - Município de Goiás/GO - 2016



	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA (ha)	CRIAÇÃO
1 PA MOSQUITO	43	1786,24	17/10/1986
2 PA SÃO JOÃO DO BUGRE	9	454,83	25/04/1988
3 PA ACABA VIDA II	4	271,81	03/09/1991
4 PA RANCHO GRANDE	21	800,15	03/09/1991
5 PA RETIRO	23	736,45	03/09/1991
6 PA SÃO FELIPE	11	674,49	03/09/1991
7 PA LAVRINHA	28	706,71	06/02/1995
8 PA SÃO CARLOS	155	5711,82	06/02/1995
9 PA MATA DO BAU	37	1561,07	09/04/1996
10 PA NOVO HORIZONTE	18	1018,50	16/05/1996
11 PA BOM SUCESSO	29	1714,16	30/05/1996
12 PA PARAÍSO	36	1278,80	14/10/1996

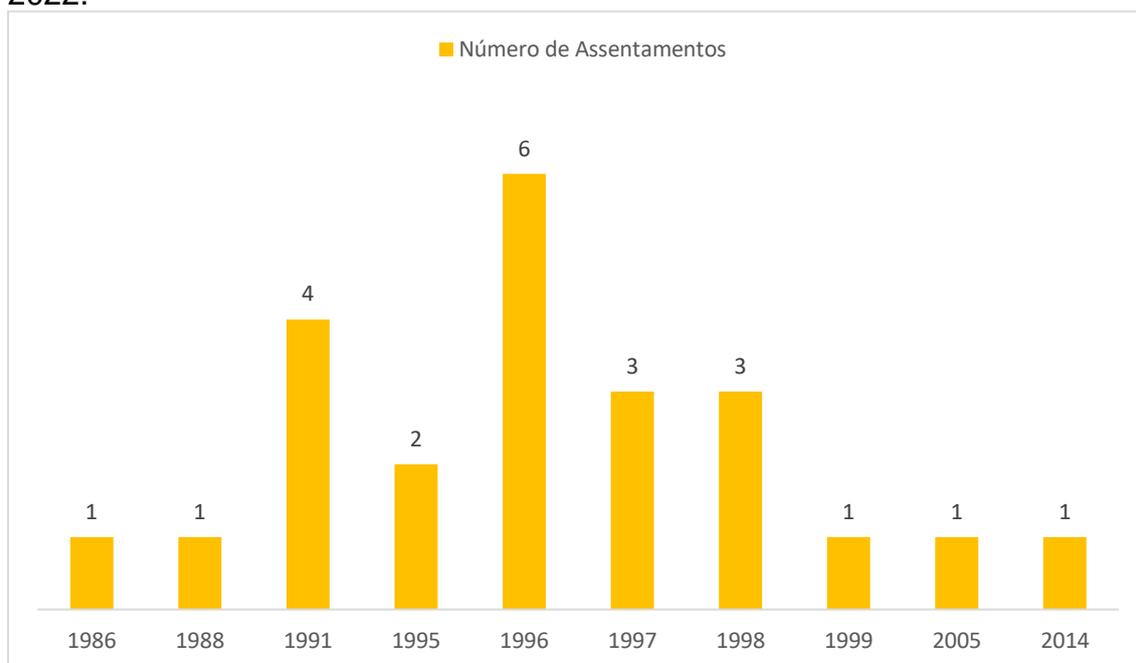
	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA (ha)	CRIAÇÃO
13 PA BURITI QUEIMADO	26	1198,15	07/11/1996
14 PA UNIÃO BURITI	22	760,69	14/11/1996
15 PA BARATINHA	15	762,89	02/10/1997
16 PA VILA BOA	12	793,22	17/10/1997
17 PA ENGENHO VELHO	30	1122,17	09/12/1997
18 PA MAGALI	8	423,25	05/03/1998
19 PA VARJÃO	19	1088,88	05/03/1998
20 PA HOLANDA	31	1347,02	16/09/1998
21 PA SERRA DOURADA	15	239,39	17/12/1999
22 PA DOM TOMAZ BALDUINO	65	2961,39	21/06/2005
23 PA PE. FELIPE LEDDET	43	1499,23	16/09/2014
TOTAL	700	28911,32	-

Fonte: SOUZA, 2016.

Tanto o mapa 1 como o gráfico 1 nos mostram que a maior parte dos assentamentos foram criados a partir de meados dos anos 1990, então muitas

mudanças ocorridas de forma geral no município de Goiás ocorrem neste período. Esse é, ao mesmo tempo, a consolidação da proposta político-econômica do neoliberalismo, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, dando início também à consolidação do paradigma do Agronegócio.

Gráfico 1 – Número de assentamentos criados, por ano de criação, Goiás-GO, 2022.



Fonte: INCRA/GO, 2020.

De forma geral, como podemos identificar nas informações apresentadas, houve no município um relativo processo de reorganização fundiária, com a criação de 24 assentamentos rurais, assentando mais de 700 famílias camponesas. No entanto, as mudanças foram principalmente centradas na criação dos assentamentos, havendo um déficit na estruturação produtiva posterior, como destacou Souza (2016).

Não resta dúvida, contudo, que os assentamentos rurais criados como resultado da luta pela terra fortalecem o modelo de produção baseado na Agricultura Familiar, em contraposição ao agronegócio. Com base nesse modelo, o município de Goiás apresenta produção significativa de alimentos, como veremos no próximo item.

2.2 Agricultura e modelos de produção no município de Goiás

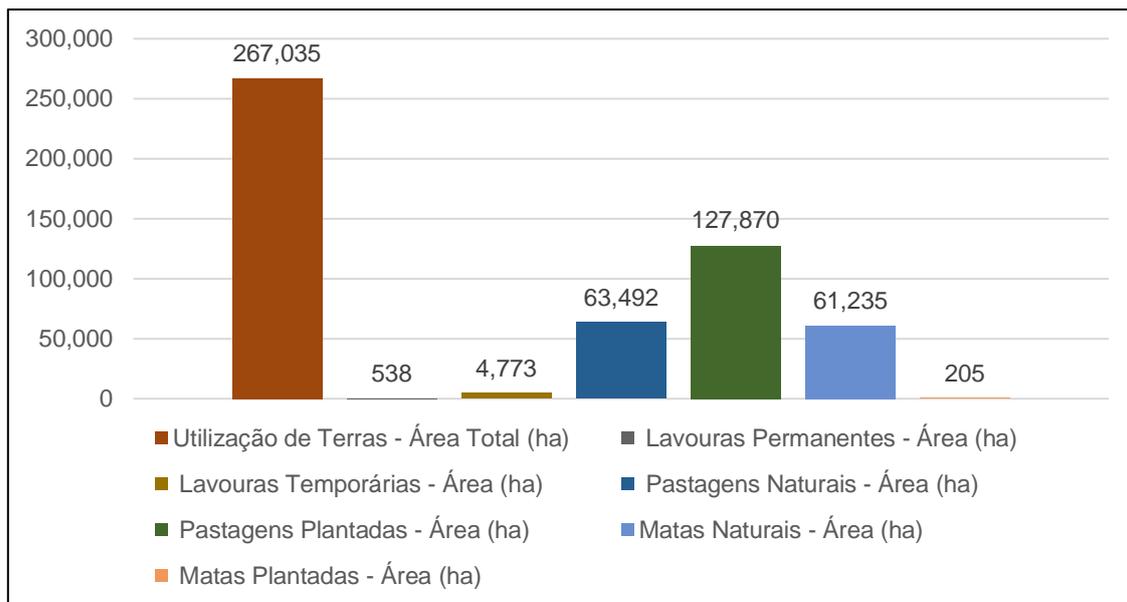
A estrutura fundiária consolidada nas últimas décadas, como vimos acima, manteve significativamente a concentração de terras, principalmente direcionadas para a criação extensiva de gado de corte, mas, ao mesmo tempo, abriu espaço para uma participação maior da agricultura camponesa na composição da população na área rural.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017 o município de Goiás possui 2.215 estabelecimentos, sendo que destes, 1.477 unidades (66,7%) são da Agricultura Familiar e 738 unidades (33,3%) compõem a Agricultura Não Familiar. No entanto, a informação que chama atenção é que das 1.477 unidades da Agricultura Familiar, 744 unidades representam os agricultores e agricultoras assentadas, ou seja, 50,4% da Agricultura Familiar no município é resultado da luta pela terra (IBGE, 2017) e da constituição dos assentamentos rurais.

A população total, que vive no campo no município de Goiás, é de 6.089 habitantes, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), sendo que 1290 (21,2%) possui idade entre 15 e 29 anos e, quando consideramos uma faixa etária entre 15 e 59 anos, o número se eleva para 4.071 (66,8%) habitantes. Isso indica uma população relativamente jovem no campo, o que também acreditamos que é resultado do processo de luta pela terra e da territorialização dos assentamentos rurais no município.

Essas informações gerais são importantes, pois são elas que influenciam diretamente, juntamente com outros fatores, na estruturação de diferentes modelos de produção no campo. E o que entendemos ainda se mantém da produção de alimentos no território do município de Goiás tem relação com essa estrutura fundiária e da população rural. Em maior ou menor proporção, isto impacta no uso e ocupação do solo, como apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Estabelecimentos agropecuários, utilização de terras (ha), 2017.

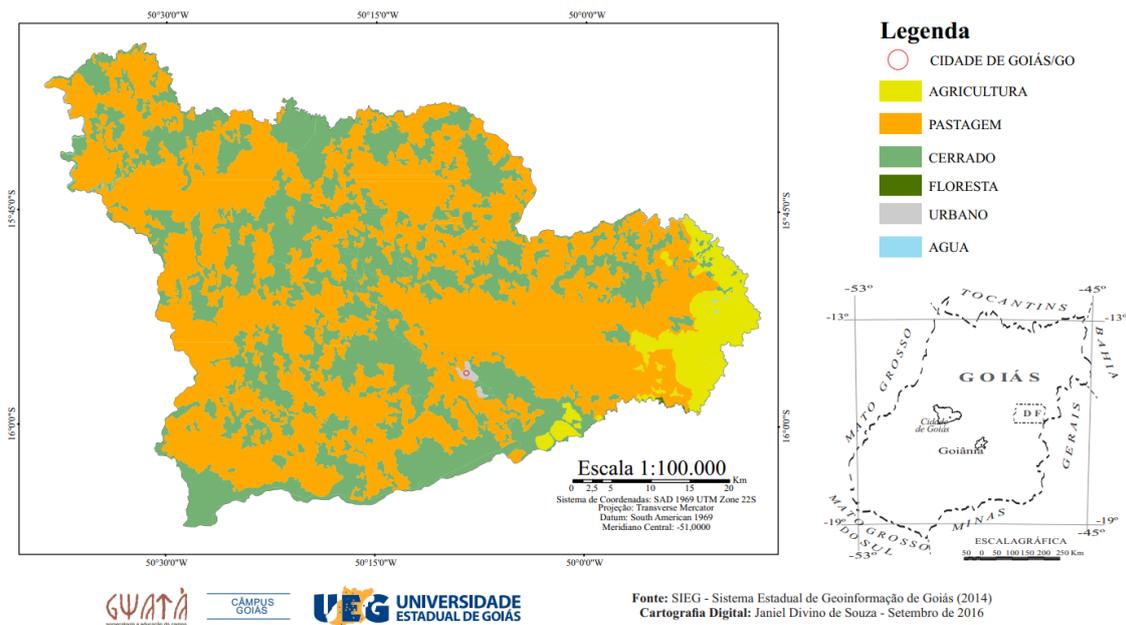


Fonte: IMB/IBGE, 2018.

Conforme as informações do gráfico 2, podemos aferir que 538 hectares da área utilizada no município é composta por lavouras permanentes (ou seja, apenas 0,2%) e 4.773 hectares por lavouras temporárias (1,8%). Esses dados nos indicam a incipiência da produção de grandes lavouras, de commodities agrícolas, no município de Goiás. Por outro lado, as informações indicam 63.492 hectares de pastagens naturais (23,8%) e 127.870 hectares de pastagens plantadas (47,9%) ocupando o território municipal. Isso confirma a predominância da pecuária extensiva. O restante da área ocupada apresenta 61.235 hectares de matas naturais (22,9%) e 205 hectares de matas plantadas (0,08%).

Embora as informações não sejam tão recentes, no mapa 2, podemos observar o uso e ocupação do solo no município de Goiás em 2014. Aí é possível observar o avanço relativo das lavouras temporárias, em especial soja, no leste do município, fronteira com o município de Itaberaí, que já tem um histórico produtivo relacionado ao agronegócio de grãos, cítricos e cana-de-açúcar.

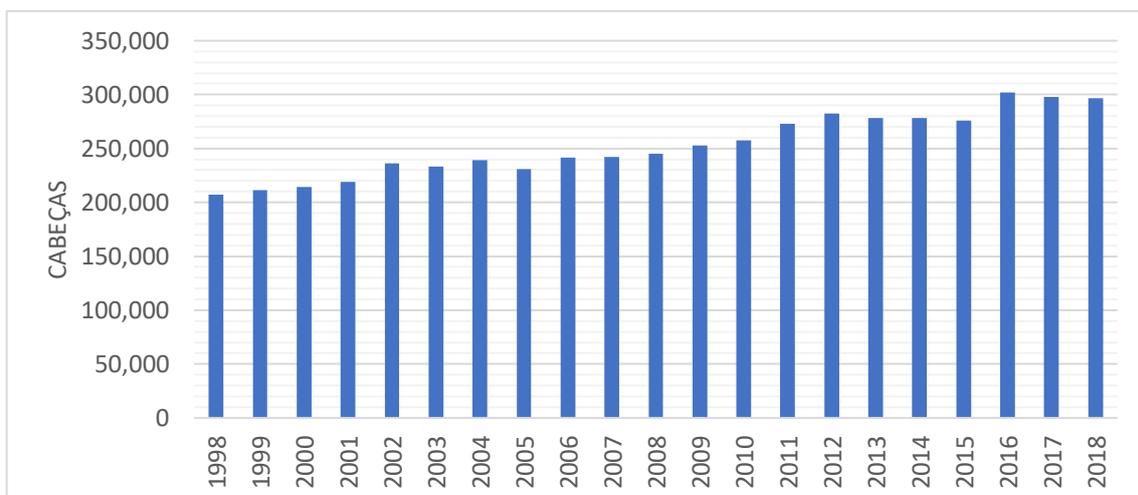
Mapa 2 – Cobertura e uso do solo, Goiás/GO, 2014.



Fonte: SOUZA, 2016.

Observamos, portanto, que a pecuária é efetivamente a principal atividade produtiva no campo, no município de Goiás. Para compreender de forma mais efetiva, a produção por categoria de agricultores (Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar), estratificamos algumas informações do Censo Agropecuário de 2017. O número de cabeças bovinas, no município de Goiás, vem crescendo progressivamente nos últimos anos, como podemos observar no gráfico 3.

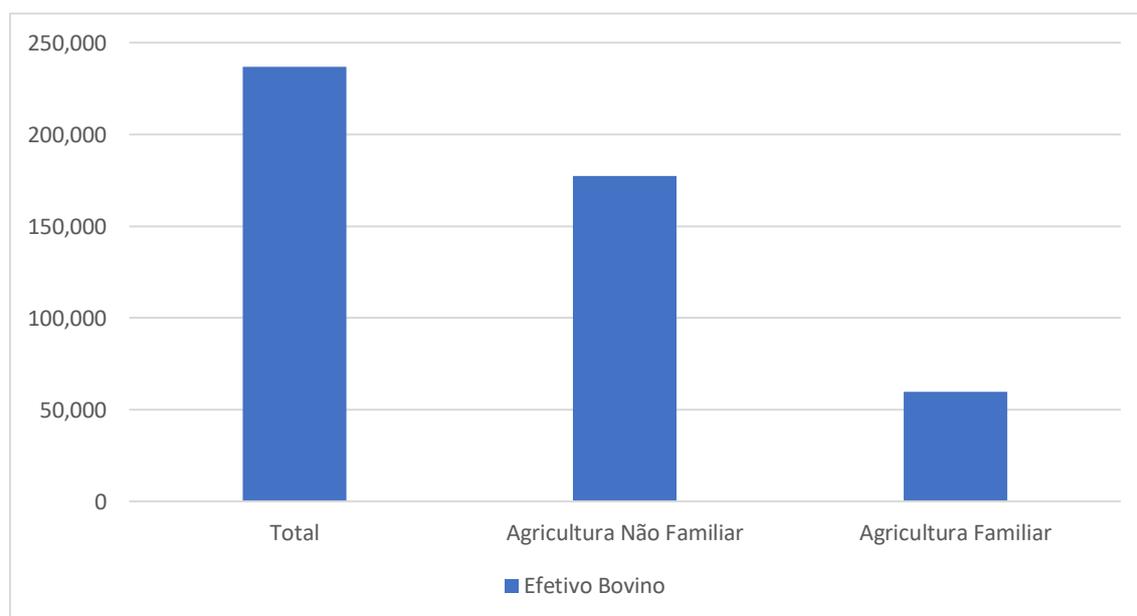
Gráfico 3 - Quantidade de bovinos Goiás/GO, 1998 – 2018



Fonte: (IMB/IBGE, 2018)

Acerca do número de cabeças bovinas podemos observar que na Agricultura Não Familiar temos a maior quantidade de animais, com 177.303 cabeças, o que representa 74,8% do efetivo bovino do município. De fato, a pecuária extensiva de corte, hegemonicamente desenvolvida por grandes latifundiários, apresenta quantitativo elevado. No entanto, temos um número importante de produção na Agricultura Familiar, somando 59.714 cabeças, ou seja, 25,2% do efetivo bovino no município de Goiás (Gráfico 4). Cabe destacar ainda que, deste efetivo, 15.719 cabeças (26,3%) compõem a produção dos assentamentos rurais (IBGE, 2017), o que fortalece a hipótese da efetiva participação das áreas resultantes da reforma agrária no processo produtivo municipal.

Gráfico 4 – Número de bovinos, por categoria de produtor, 2017.



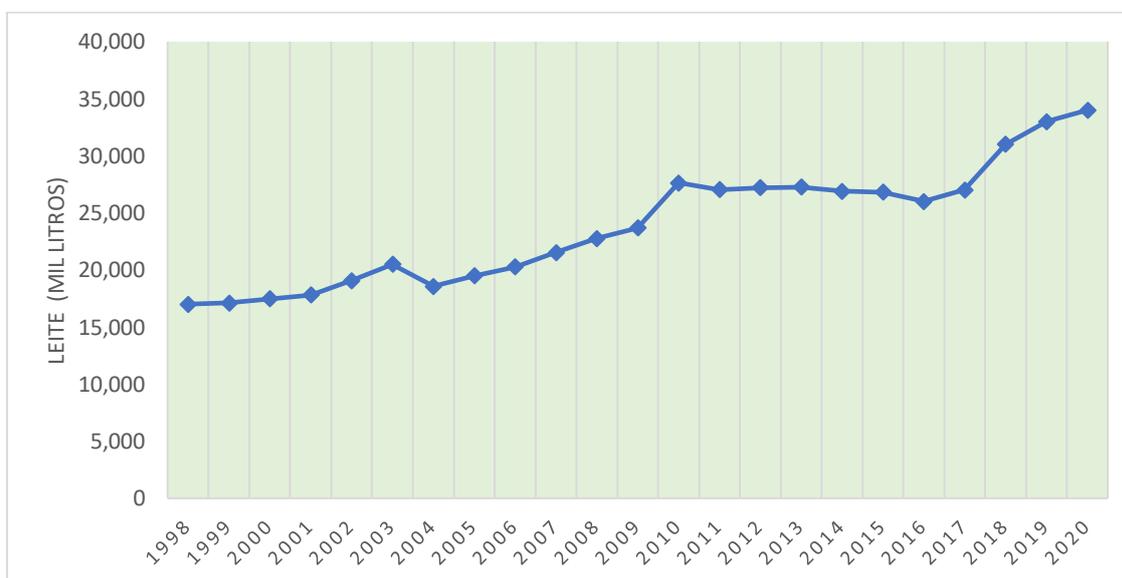
Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2017.

Devemos destacar, nesse contexto, que a maior parte do efetivo bovino identificado no âmbito da Agricultura Familiar tem como função a produção de leite e não de carne. De acordo com o Censo Agropecuário, em 2017, dos 1.209 estabelecimentos que produziam leite no município de Goiás, 909 (75,2%) eram estabelecimentos da Agricultura Familiar, sendo responsável por 10.850 vacas ordenhadas, representando 64,1% do total (IBGE, 2017). Nos últimos anos, contudo, o número de vacas ordenhadas tem se elevado, sendo que em 2018

esse número já era de 22.000 vacas ordenhadas no município de Goiás (IMB/IBGE, 2020).

Em resumo, a Agricultura Familiar foi responsável, em 2017, pela produção de 18 milhões de litros de leite e 404 toneladas de queijo. Isso representou, em termos de movimento financeiro, um total de R \$20.314.000,00 (IBGE, 2017). Foram, portanto, mais de 20 milhões de reais movimentados na economia local pela Agricultura Familiar somente na produção de leite e derivados. No gráfico 5, podemos observar que a produção de leite tem se elevado progressivamente, 34 milhões de litros de leite produzidos (IMB/IBGE, 2020).

Gráfico 5 - Produção de leite (mil Litros) entre 1998 – 2020



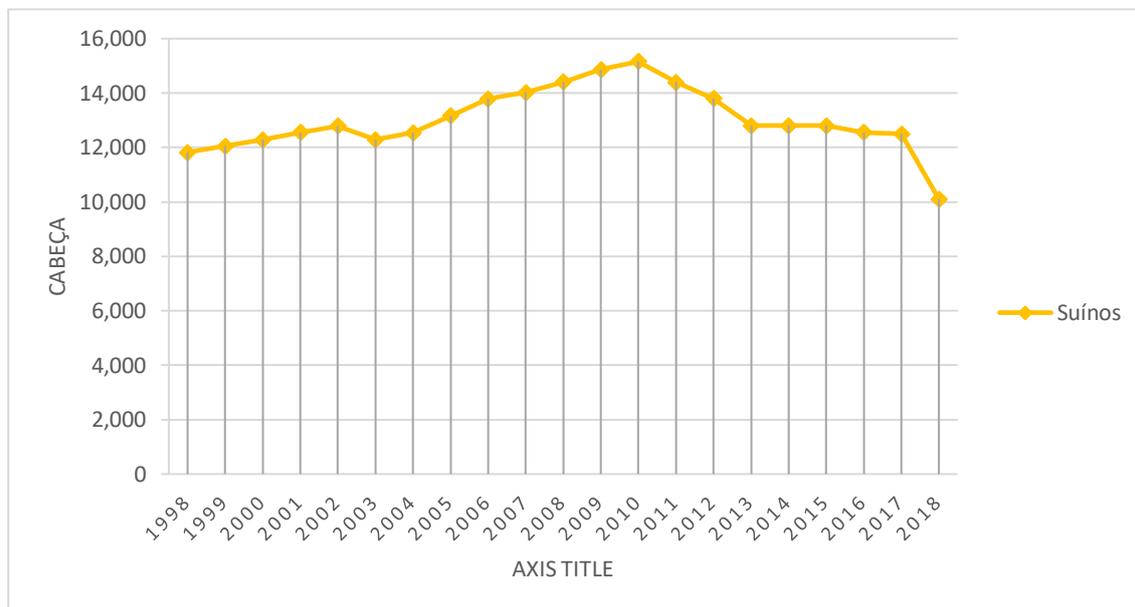
Fonte: (IMB/IBGE, 2020)

A produção de leite se destaca como uma das atividades de maior evidência nos dados coletados, provavelmente por conter uma presença pecuária maior, sua estrutura fundiária observando sua forte presença também nos assentamentos do município, que certamente são responsáveis pela maior parcela da produção de leite no âmbito da Agricultura Familiar do município de Goiás.

No contexto da pecuária, a Agricultura Familiar ainda é responsável pela produção de 63,2% dos suínos e de 55.458 cabeças de galinhas e frangos (IBGE, 2017). O gráfico 6, nos mostra a evolução na produção de suínos no

município de Goiás, que tem caído nos últimos anos, mas representa elementos importantes na produção da Agricultura Familiar.

Gráfico 6 - Quantidade de suínos Goiás/GO, 1998 – 2018.

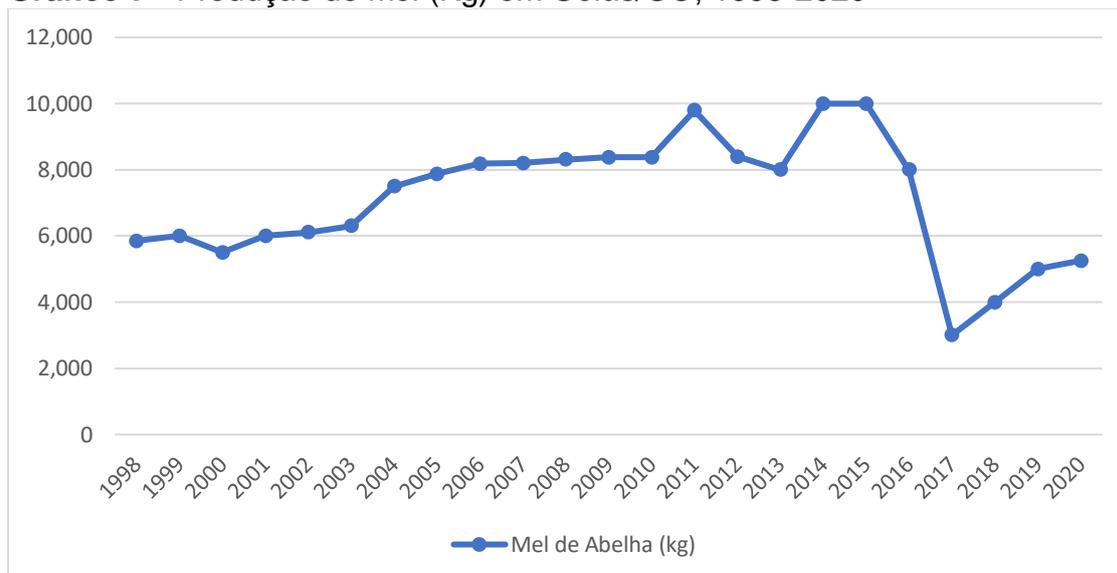


Fonte: IMB/IBGE (2018).

A quantidade de cabeças de galináceos também teve um período de crescimento rápido, no ano de 1998 com o número de 109.920 unidades, passando para 800.000 em 2018. Entre os anos de 2011 a 2015 se tem um número maior entre todos os anos, de 2010 para 2011 houve um aumento de 89% no efetivo de galináceos. A produção de ovos de galinha também tem o seu período significativamente variado, tendo 286 mil dúzias em 1998, já em 2020 chega a 350 mil dúzias (IMB/IBGE, 2020). O Censo Agropecuário de 2017 mostrou que 78,7% dos ovos produzidos, ou seja, 266 mil dúzias, estavam vinculados à Agricultura Familiar. E destas, 31 mil dúzias (11,7%) são produzidas em áreas de Assentamentos Rurais (IBGE, 2017).

Destacamos, ainda, a produção com base na apicultura. A criação de abelhas para a produção de Mel teve alguns períodos de variações, sendo que no ano de 1998 se encontrava com 5.850 kg e em 2020 o número passa para 5.250 kg (Gráfico 7), mantendo relativa estabilidade (IMB/IBGE, 2020). E de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 82,9% dos estabelecimentos que produzem mel são da Agricultura Familiar, o que significou um total de 3 toneladas produzidas com rendimento de 97 mil reais (IBGE, 2017).

Gráfico 7 - Produção de mel (Kg) em Goiás/GO, 1998-2020

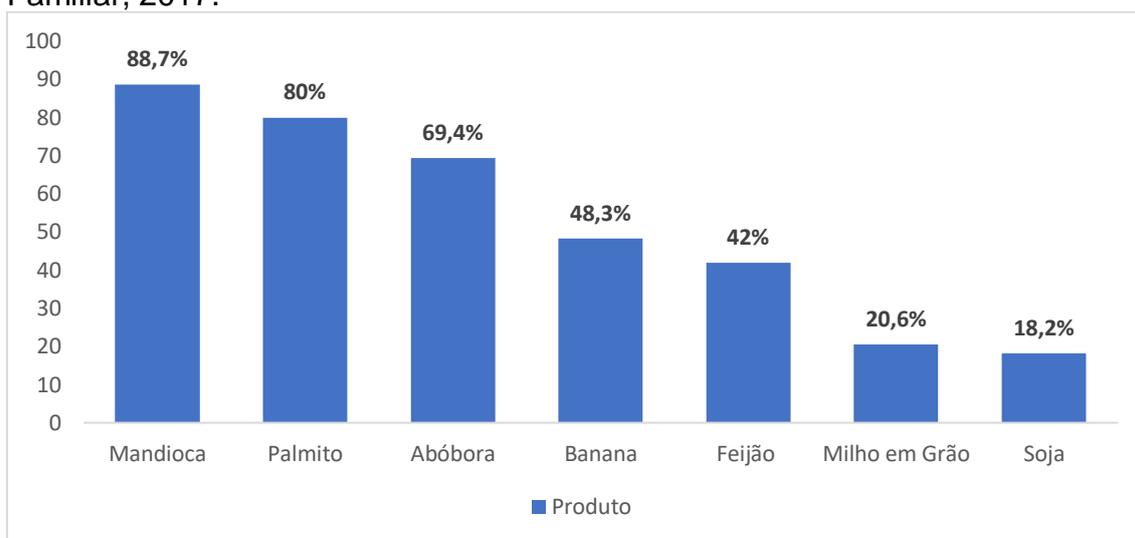


Fonte: (IMB/IBGE, 2020)

A agricultura familiar é também responsável pela produção de parte significativa de alimentos, em lavouras temporárias, no município de Goiás. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a Mandioca, por exemplo, alcançou uma produção de 431 toneladas, contribuindo para o autoconsumo, além de movimentar R \$119.000,00 na economia local e regional (IBGE, 2017). Destacamos a Mandioca por sua importância para a produção familiar, mas a Agricultura Familiar respondeu, em 2017, no município de Goiás, por representativa porcentagem na produção de lavouras temporárias, como podemos ver no gráfico 8.

Podemos ainda destacar nesse contexto, a produção de 356 toneladas de feijão pela agricultura familiar, movimentando R\$671.000,00 local e regionalmente. Assim como destacamos também a produção de quase 20% da soja no município de Goiás, considerando que esse é um produto essencialmente ligado à agricultura não familiar, inserida no âmbito mais estrito do Agronegócio.

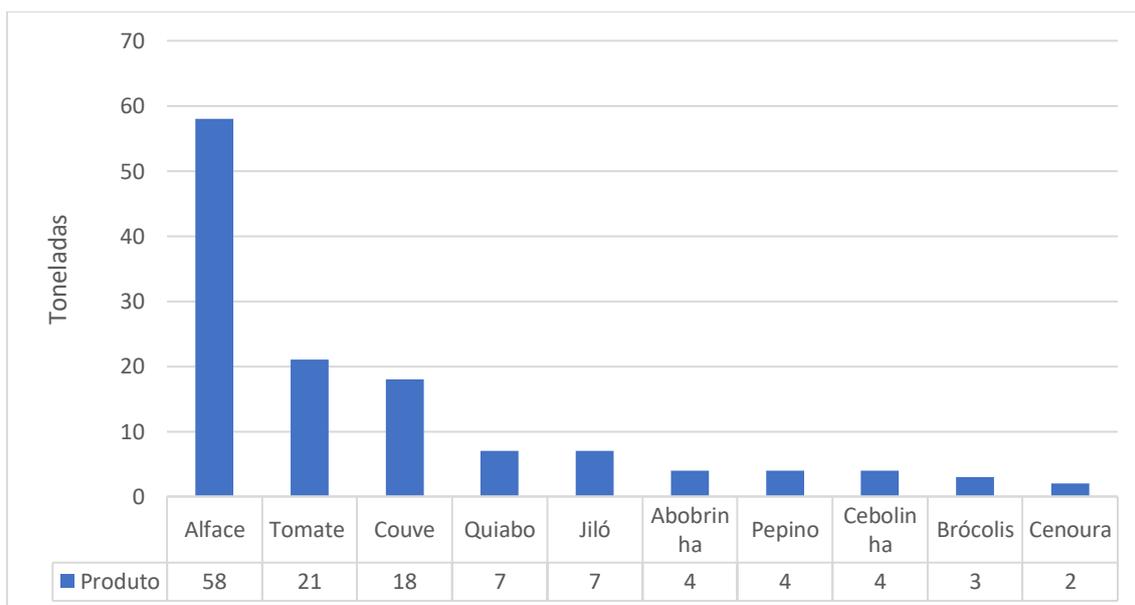
Gráfico 8 - Produção de lavouras temporárias, com percentual da Agricultura Familiar, 2017.



Fonte: Censo Agropecuário/IBGE, 2017.

Além das lavouras temporárias, a Agricultura Familiar no município de Goiás, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, é responsável pela produção de 98,6% das hortaliças produzidas, compondo 77,8% dos estabelecimentos produtores de hortaliças. Isso ainda representa um movimento financeiro anual (2017) de R\$987.000,00, importante para a economia local e regional (Gráfico 9).

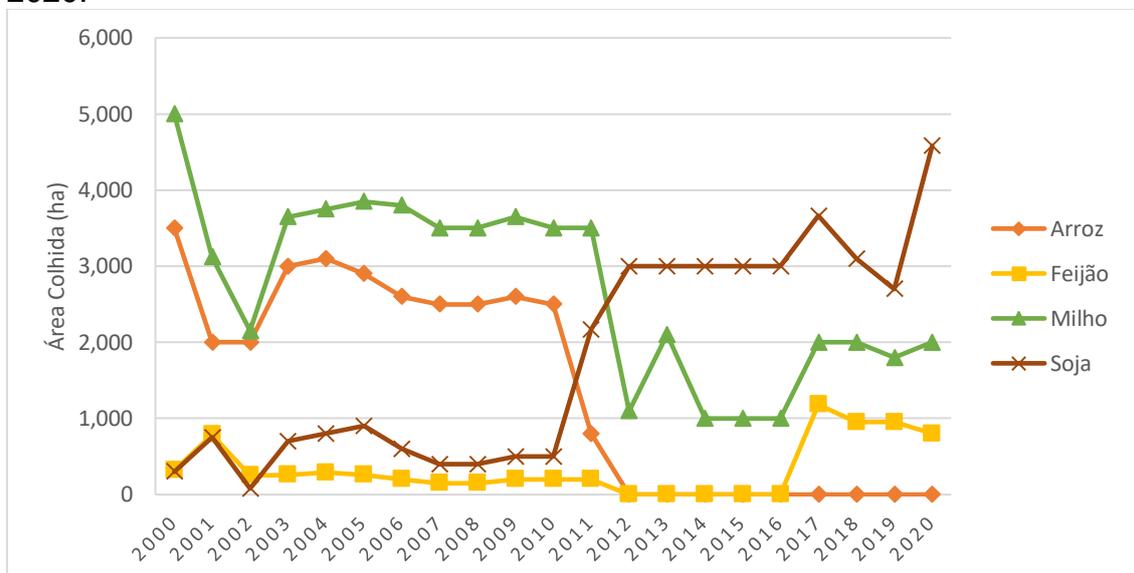
Gráfico 9 – Produção em toneladas por produto de hortaliças, 2017.



Fonte: IBGE, 2017.

É importante levarmos em consideração a produção de alguns alimentos básicos, como o arroz e o feijão. Quando comparamos, nos últimos anos, o comportamento da produção destes produtos, mas também de commodities importantes no mercado, podemos ver mudanças que impactam diretamente na segurança e soberania alimentar. Como observamos no gráfico 10, ao mesmo tempo em que há uma diminuição significativa na produção de arroz (chegando a zero de área colhida já em 2012) temos o crescimento da produção de soja. Ao mesmo tempo, observamos uma certa estabilidade na produção de milho e uma retomada da produção de feijão a partir de 2017.

Gráfico 10 - Área colhida com arroz, feijão, milho e soja em Goiás/GO, 2000 – 2020.



Fonte: (IMB/IBGE, 2020)

É notável de maneira alarmante o crescimento da área colhida de soja tendo passado de 300 para 4.580 hectares colhidos, entre os anos 2000 e 2020. Já o feijão chegará a 800 hectares colhidos em 2020. Embora esses dados não representem fielmente a realidade, pois não contabilizam, É importante atentarmos constantemente, a produção mais incipientes de alguns agricultores familiares, são muito importantes para entendermos uma tendência mais geral,

com a elevação na produção de algumas commodities⁴ no município de Goiás, em especial a soja.

Por outro lado, esses dados também nos mostram que o município de Goiás tem como base produtiva principal, com relação aos alimentos especificamente, a Agricultura Familiar. Ainda que grande parte da alimentação efetivamente consumida venha processada ou ultraprocessada de fora do município, há uma significativa produção de alimentos de consumo direto produzidos pela Agricultura Familiar. Esse modelo de agricultura ainda segue, de forma geral, parâmetros da agricultura convencional baseada no pacote tecnológico implantado na Revolução Verde, mas pontualmente existe um processo inicial de adesão à Agroecologia, que mostramos no próximo item.

2.3 Possíveis caminhos para uma transição produtiva

As informações apresentadas no item anterior indicam, fortemente, a predominância da agricultura de base familiar no município de Goiás. Da mesma forma, podemos visualizar a partir dos dados a importância produtiva deste grupo para o oferecimento de alimentos para a mesa da população local e regional, assim como para intensificar a economia local. Porém, ainda que existam ações no sentido de defender a Agroecologia como paradigma produtivo, este caminho tem sido trilhado ainda muito lentamente no território do município de Goiás.

Entendemos que esse processo de transição deve ocorrer gradativamente, passo a passo, tendo diferentes perspectivas para sua consolidação. Entre os diferentes elementos que acreditamos devem compor esse processo de transição, alguns avançaram mais e outros menos no município de Goiás. Destacamos entre os avanços principais os processos educativos e de formação.

No campo da educação, o município de Goiás tem um histórico sólido, desde os espaços populares de formação até o ensino institucionalizado nas Universidades, em níveis de graduação e pós-graduação. Um destaque inicial deve ser dado à **Escola Diocesana de Agroecologia**, promovida pela

⁴ É importante destacar que commodities se refere a produção ou extração tendo um grau de industrialização, sendo eles “produzidos” em larga escala e destinados ao comércio externo. Ao contrario disso a comida se refere a ingestão de alimentos, consumidas pelos seres vivos.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) a mais de 10 anos e apoiada por diversas outras organizações.

A Escola Diocesana de Agroecologia, projeto da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Goiás, promove a formação popular em Agroecologia de agricultores e agricultoras camponesas desde o ano de 2010, com a realização anual de cursos. Os cursos são realizados em 4 (quatro) etapas durante o ano, sendo que, antes da primeira etapa e no período entre as demais, são realizadas visitas técnicas/pedagógicas para reconhecimento do território de cada grupo de participantes. Os participantes da Escola, entre os anos de 2010 e 2017, vieram de diferentes regiões dos municípios de Goiás, Itaberaí, Itapuranga, Itapirapuã e Heitorai (FONSECA FILHO et. al., 2018, p. 239).

Entre 2010 e 2018, ou seja, em 8 (oito) anos de realização, já participaram dos processos de formação na Escola Diocesana de Agroecologia mais de 300 pessoas, entre homens, mulheres e jovens (FONSECA FILHO et. al., 2018). O destaque a ser dado para a Escola de Agroecologia é a construção próxima à realidade das agricultoras e agricultores, intercalando ações teóricas de formação com acompanhamento prático de ações agroecológicas.

Também merece destaque, nesse processo, a **Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO)**, que atua há quase 3 décadas na formação de jovens como técnicos em agropecuária, tendo dado foco na agroecologia nos últimos anos.

As EFA's, em sua maioria, são resultado de processos da resistência camponesa, seja para permanecer no campo ou para retornar através da luta pela terra de trabalho. É exatamente nesse contexto que foi criada, em 1992, a Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO), tendo iniciado suas ações em 1994, com objetivo central de formar jovens da área rural em técnicas adequadas às atividades laborais no campo. É importante destacar que a base da criação e consolidação da EFAGO foi a luta pela terra de centenas de camponeses [...] (MACHADO et. al., 2018, p. 232).

A EFAGO, portanto, representa outro espaço, como contribuição pedagógica muito importante, através da Pedagogia da Alternância, para a consolidação da agroecologia como paradigma produtivo. Já formou centenas de jovens, sendo que parte destes atualmente desenvolvem atividades relacionadas de alguma forma com o desenvolvimento da agroecologia.

No campo da formação acadêmico-universitária podemos destacar a atuação do **Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ)**, fundado em 2011, tendo desenvolvido diversos processos de formação em

agroecologia, desde turmas isoladas de curso técnico em agroecologia até cursos de pós-graduação *latu sensu*, como foi o caso do Curso de Educação e Agroecologia desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás (UEG). No mesmo sentido, caminha o Curso Integrado ao ensino médio em Agroecologia e o Curso de Graduação em Agronomia com ênfase em Agroecologia, do **Instituto Federal de Goiás (IFG)** em seu campus na Cidade de Goiás.

Em parceria com tais instituições (CPT, UEG, IFG) as Escolas municipais situadas no campo também têm representado um ponto importante na formação relacionada à agroecologia. A proximidade destas escolas com os assentamentos rurais permite um diálogo próximo aos camponeses na construção de novas formas, mais sustentáveis, de produção de alimentos. Esses espaços de formação são centrais para a construção de um novo paradigma produtivo, com base na agroecologia.

Como já mencionado, entendemos que a luta pela terra e posterior luta na terra, é fator essencial para a construção de outro modelo de produção. O município de Goiás, como vimos, deu um passo importante nesse sentido, sendo o município com maior número de assentamentos no Estado de Goiás. Porém, a luta para estruturação do processo produtivo, após assentados, é um desafio muitas vezes maior que a própria luta pela terra. E isso se relaciona à inexistência de políticas públicas direcionadas especificamente para a agricultura familiar camponesa, realidade que é nacional. Embora o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) disponha de crédito inicial para produção, o apoio e acompanhamento técnico entre outros são precários.

Nos últimos anos tem sido estruturada uma equipe técnica municipal de assistência à agricultura familiar, mas com atuação ainda incipiente considerando a demanda elevada. O apoio específico para a produção agroecológica, contudo, ainda é inexistente, com exceção de ações isoladas de alguns grupos de apoio.

Com poucos meses de existência ainda, a Feira da Agricultura Familiar, criada como instrumento para comercialização da produção familiar em relação com o Programa Vale Feira (programa de compra direta dos agricultores familiares) em 2021, se apresenta como possível espaço para a construção de experiências agroecológicas a partir de processos que já estão em curso.

Assim, para instrumentalizar nossa reflexão sobre possível transição para uma agricultura de base ecológica, acompanhamos a partir da observação simples e registro em caderno de campo, 10 (dez) agricultores/agricultoras que comercializam sua produção na Feira da Agricultura Familiar, localizada na praça do bairro João Francisco, na cidade de Goiás. Entre estes, identificamos que 9 (nove) tem origem nos assentamentos rurais e 1 (um) atua como arrendatário. Os assentados são dos projetos de assentamento Dom Tomás Balduino, Paraíso, Mosquito, Varjão, Serra Dourada, Mata do Baú e São Domingos Gusmão (Caderno de Campo, 2022).

Entre os diálogos realizados na Feira, que acontece todas as quintas-feiras no período vespertino, buscamos entender o quão próximos da agroecologia estão os processos produtivos. Entre os 10 (dez) feirantes, a maioria (seis) consideram sua produção como orgânica, enquanto 2 (dois) consideram sua produção como agroecológica e outros 2 (dois) preferiram não definir seu modelo produtivo (Caderno de Campo, 2022).

Uma das famílias feirantes destacou a dificuldade de produzir sem utilização de produtos químicos. Destacou especificamente problemas no cultivo de cana-de-açúcar. Na penúltima plantação houve um excesso de cupim, tendo sido necessária a utilização de inseticida para combater o cupim. Foi ressaltado, ao mesmo tempo, a dificuldade de acesso à assistência técnica agroecológica ou orgânica (Caderno de Campo, 2022).

De forma geral, contudo, todos os 10 (dez) feirantes com os quais dialogamos, disseram não utilizar regularmente agrotóxicos ou adubos químicos. Por outro lado, disseram utilizar adubos e esterco orgânicos de origem animal, de gado, e cama de frango, principalmente, a maioria de suas próprias terras. No entanto, em grande parte relatam que já usaram produtos químicos ao longo de suas produções no passado, ou que seus vizinhos também utilizaram esses produtos químicos (Caderno de Campo, 2022).

Ao discutir sobre a produção dos vizinhos dos 10 camponeses/feirantes, todos relatam a presença marcante da produção de leite e carne bovina tanto em sítios e assentamentos vizinhos como em seu próprio, mas um ponto interessante é que esses vizinhos produzem uma grande parte dos alimentos consumidos por eles mesmos, como galinhas, ovos, suínos e hortaliças e alguns tipos de verduras (Caderno de Campo, 2022).

Observando os produtos e também a partir do diálogo é possível visualizar a diversidade da produção alimentar existente. Desde cachaça, passando por todos os tipos de hortaliças, mandioca, feijão, frutas, leite e derivados, artesanato, etc (Fotos 1 a 4). há uma infinidade de alimentos produzidos e comercializados na Feira da Agricultura Familiar (Caderno de Campo, 2022).

Fotos 1, 2, 3 e 4 – Diversidade produtiva na Feira da Agricultura Familiar, Goiás-GO, 2022.





Autora: Gabrielly Jordanny da Silva Soares, 2022.

Isto nos sinaliza que existe sim um processo já em curso de transição agroecológica no município de Goiás. Vários passos no sentido de construção de um novo paradigma produtivo têm sido dados. Os assentamentos resultantes da luta pela terra, a produção alimentar diversificada da agricultura familiar e comercializada em feiras como a Feira da Agricultura Familiar, políticas públicas que ainda são incipientes (como o Vale Feira), mas que representam um sinal no sentido da mudança. Esses são alguns dos elementos que permitem entendermos que a transição para outro modelo de produção já está em curso.

Mesmo com várias dificuldades os camponeses desempenham e buscam fortalecer a ideia de um sistema produtivo e alimentar mais justo, saudável e seguro para a população. Como dito por uma camponesa/feirante como anotamos no Caderno de Campo (2022): “as pessoas estão procurando cada vez mais nossos alimentos, por serem saudáveis, isso motiva a resistência que precisa ocorrer”. Esse é o caminho para a segurança e soberania alimentar que discutiremos na próxima parte deste trabalho.

3 SISTEMA AGROALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR

3.1 Soberania alimentar: questões conceituais

Pensar um novo modelo de produção, como aquele baseado na agroecologia é também pensar na mudança da estrutura a partir da qual nos alimentamos. O modo de produção e consumo é de extrema importância para a garantia da segurança alimentar. A segurança alimentar refere-se, basicamente, aos direitos de todos à alimentação de qualidade, tendo como base práticas alimentares que promovam a saúde e o respeito à vida como um todo. Para isto, devem ser essencialmente garantidos elementos como direito à terra e território, sementes, água, entre outros.

Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de diversos mecanismos: distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso,

no Brasil, do programa Bolsa Família (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 716-717).

A ideia geral de segurança alimentar deve estar relacionada a um entendimento mais amplo representado pelo conceito de Soberania Alimentar. A Soberania Alimentar é, resumidamente, a garantia de que os povos tenham alimentos produzidos autonomamente em quantidade e qualidade, dizendo respeito aos direitos dos diferentes povos, direitos de definirem suas políticas⁵, tendo autonomia sobre o que se vai produzir, como produzir e para quem vai produzir. A Soberania Alimentar é fundamental para a garantia da segurança alimentar. Sendo mais que um conceito, a Soberania Alimentar orienta a luta camponesa, é uma influência alternativa de produção e consumo, apoiando os povos em sua luta contra o agronegócio.

As organizações sociais e camponesas que construíram o termo soberania alimentar enfatizam a ideia de ele ser mais do que um conceito. Trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não respondem a uma definição acadêmica, mas emergem de um processo coletivo de construção, um processo participativo, popular e progressivo que foi se enriquecendo em seus conteúdos como resultado de um conjunto de debates e discussões políticas iniciadas no próprio processo de conformação da instância que abriga as organizações camponesas críticas das atuais políticas agrárias liberalizadas e de alimentação. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 723).

Baseando-se na pequena e média produção, respeitando culturas e diversidades, a soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defendendo a soberania alimentar, defende-se uma agricultura com: indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses, mulheres camponesas, ribeirinhos, vazanteiros, agricultores familiares e tantos outros.

A soberania política também resulta na soberania alimentar. Isto posto, devemos pensar na soberania em diferentes perspectivas, desde o modelo de produção até os processos de comercialização. Nesse contexto, o agronegócio compromete a soberania política e alimentar, pois deixa o país dependente de algumas poucas corporações. Por outro lado, a agroecologia e a agricultura

⁵ O conceito de Soberania Alimentar nasce de um contraponto do conceito de Segurança Alimentar estabelecido pela FAO, pois compreende-se que um povo para ser livre precisa ser soberano e essa soberania passa pela alimentação.

familiar representam um grande potencial para garantir a soberania alimentar, uma orientação geral para superar a forma de violência à natureza e dos povos, praticadas pelo agronegócio. E também uma forma de reorganização do trabalho no campo, através de várias formas de compreensão estabelecendo um vínculo com a natureza. Passamos por um processo de globalização do sistema produtivo e alimentar, o que traz problemas para um dos direitos mais básicos da vida, a alimentação (SOARES, 2019).

A monopolização das terras, a alimentação, distribuição, armazenamento, comercialização, toda a sua cadeia produtiva acabou gerando um controle sobre os alimentos. Ao mesmo tempo, esse monopólio afeta agricultores familiares que são expulsos de seus territórios e a população consumidora de alimentos que se torna refém das grandes corporações do agronegócio e das grandes redes de supermercados. E isso compromete diretamente a segurança e soberania alimentar dos povos brasileiros.

A alimentação é um direito humano, sendo que tanto na Declaração dos Direitos Humanos quanto na Constituição do Brasil está assegurado o direito humano à alimentação que seja adequada. Em um país com tanta desigualdade social como o Brasil, por exemplo, é evidente a importância de políticas públicas que promovam e contribuam para o acesso à alimentação, tanto na cidade como no campo.

As políticas públicas são decisões, ações e programas desenvolvidos pelo governo ou iniciativas privadas (principalmente por pressão popular, movimentos sociais), tendo como base a resolução de problemas ou apoios públicos. Assegura assim os direitos dos povos, que esteja de acordo com as necessidades da população, no qual estejam à disposição de toda a sociedade, agindo também pela inclusão da grande diversidade do país. Porém, temos passado, contudo, por um sucateamento e/ou extinção de políticas públicas que garantiam a segurança e soberania alimentar, o direito à alimentação de qualidade. E outras medidas para a melhora na qualidade de vida dos povos não são desenvolvidas, e quando são, isso ocorre de maneira inadequada.

A insegurança alimentar no país está aumentando, à medida que o governo debilita essas políticas públicas e os espaços de participação social, o Brasil acabou voltando para o mapa da fome. O Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA), por exemplo, teve sua estimativa de gastos reduzida significativamente e o pouco que foi executado aconteceu em função da pressão dos movimentos sociais. Juntamente com isso a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) foi também sucateada, o mesmo que aconteceu com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Essa situação acabou se agravando ainda mais durante a pandemia do vírus SARS-COV-2, mais conhecido como o novo covid-19. O auxílio emergencial fornecido pelo governo Bolsonaro era de 600 reais, que ficou um certo tempo paralisado e depois voltou, mas com abrangência super encolhida e com um valor reduzido. Como se esses valores fossem o suficiente para a garantia alimentar básica no Brasil, durante uma pandemia na qual acabaram tendo aumentos significativos nos preços de alimentos.

O inquérito Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional revelou que 19,1 milhões de pessoas passaram fome em 2020. E ao que tudo indica no contexto em que estamos vivendo essa situação tende a se agravar ainda mais. De acordo com Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões não contavam com alimentos suficientes para atender suas necessidades (IA moderada ou grave). Tiveram que conviver e enfrentar a fome, 19 milhões de brasileiros. (REDE VIGISAN, 2020).

No período de pandemia do novo coronavírus, o direito humano à alimentação adequada, expresso nos domicílios em que há segurança alimentar, estava garantido para os moradores(as) de menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%), enquanto em 9% deles houve experiência de fome expressa pela IA (insegurança alimentar) grave nos três meses que antecederam a entrevista. Essa situação foi ainda pior entre os(as) moradores(as) da área rural, onde a IA (insegurança alimentar) grave, portanto, a ocorrência de fome, era realidade em 12% dos domicílios (REDE VIGISAN, 2020).

No final de 2020 a pesquisa informa que são 19,1 milhões de pessoas a conviver com a fome no Brasil. já em 2022 a pesquisa relata que agora são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. No 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, os

números são mais alarmantes. São 14 milhões a mais de pessoas com fome em comparação com a última pesquisa, e um crescimento de 7,2% no número de pessoas em algum grau de insegurança alimentar. Houve, portanto, um aumento de quase 50% em pouco mais de um ano. A pesquisa relata que seis em cada dez domicílios brasileiros não conseguem manter acesso pleno à alimentação e possuem alguma aflição com a falta de alimentos no futuro. As regiões mais afetadas pela fome são o Norte e o Nordeste. O estudo também aponta que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com algum tipo de (IA) insegurança alimentar em grau leve, moderado ou grave (fome). São 125,2 milhões de brasileiros nessas condições, um aumento de 7,2% em relação a 2020 no início da pandemia (REDE VIGISAN, 2022).

Portanto, temos vivenciado historicamente, porém muito mais forte agora, um processo de violação do direito à segurança e à soberania alimentar. A construção da Soberania Alimentar somente será possível a partir do fortalecimento dos movimentos sociais, em especial aqueles responsáveis pela produção de alimentos no país. Nesse sentido, para a consolidação da Soberania Alimentar, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) vem construindo o Plano Camponês. O Plano Camponês tem como base três diretrizes: a **primeira diretriz** afirma a Agricultura Camponesa como base da Soberania Alimentar, do abastecimento popular de alimentos de base agroecológica; a **segunda diretriz** cria as condições materiais para a manutenção do camponês no campo, sobretudo a juventude camponesa, garantindo acesso à terra, água e biodiversidade, facilitando acesso ao crédito, capacitação e assistência técnica, garantindo estrutura logística para produção, beneficiamento e comercialização de alimentos, ampliando sua renda, elevando sua consciência social, gerando novas relações de gênero, novos processos produtivos ambientalmente sustentáveis e melhorando a qualidade de vida. A **terceira diretriz** diz respeito à garantia de alimentos de qualidade para a população brasileira e que permita construir novas relações de produção, distribuição e consumo sob controle popular e estatal. Para isso, se faz necessário uma Reforma Agrária Popular, nova política de Crédito Subsidiada pelo Estado e apropriada à Agricultura Camponesa, um Modelo Energético que

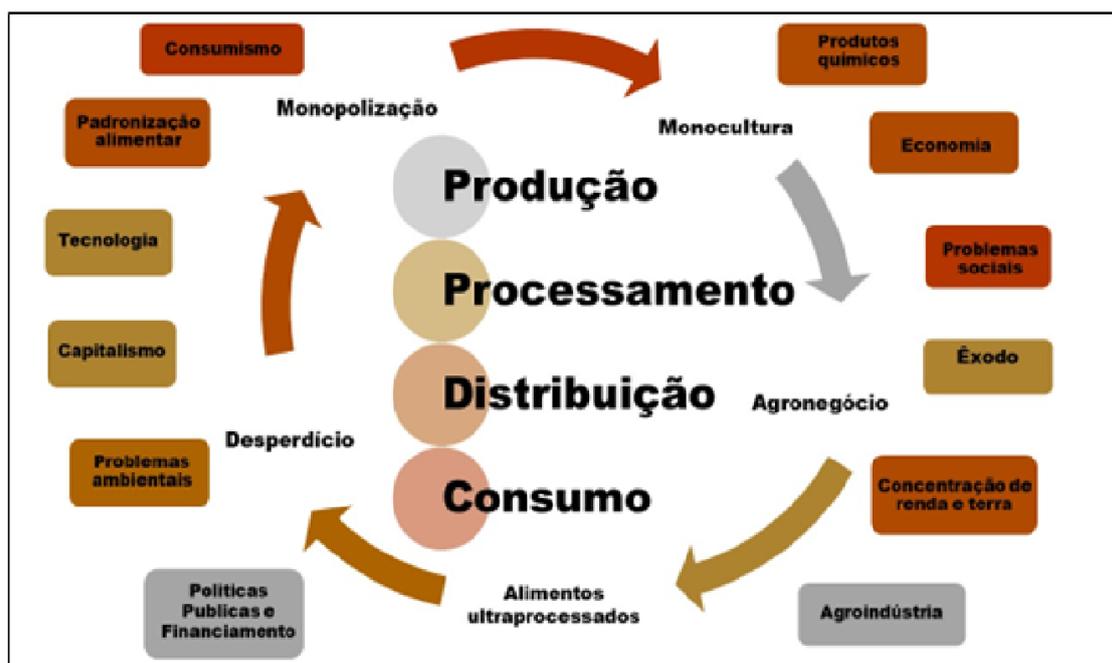
respeite o ambiente e as pessoas, gerando autonomia para as famílias e ou grupos camponeses, contribuindo para a Soberania nos âmbitos Alimentar, Hídrico, Energético, Genético e Territorial (MPA, 2016).

3.2 Sistema agroalimentar: produção de alimentos e/ou commodities

O Sistema Agroalimentar abrange os processos que interligam a produção, o consumo, relacionando o descarte de resíduos gerados ao longo desses processos. Sendo ele todas as atividades que envolvem a produção e o consumo de alimentos. Ou seja, se refere a um sistema por haver várias partes conectadas: o acesso à terra, a todos os meios de produção e recursos, o processamento, o abastecimento, a comercialização e o consumo. Nesse sentido, a discussão que fizemos até agora, considerando os capítulos anteriores do trabalho, se relaciona ao desenvolvimento do Sistema Agroalimentar.

Portanto, o Sistema Agroalimentar começa a ser formado no desenvolvimento da Segunda Revolução Agrícola. Seus objetivos, contudo, não foram e ainda não são proporcionar segurança e soberania alimentar. Ao contrário, tem como objetivo central compor uma ação econômica de produção de “alimentos” em larga escala que, por consequência, possuem baixa qualidade. Estrutura-se como um sistema agroalimentar hegemônico (Figura 1), não sendo adequada e justa para todos os povos.

Figura 1 – Organograma representativo - Sistema Agroalimentar hegemônico.



Fonte: Cribb, André Yves

Esse Sistema Agroalimentar hegemônico acaba por ter uma alta produtividade de “alimentos” com base na monocultura, produtos químicos e maquinários pesados, promovendo o agravamento da fome, êxodo rural, concentração de renda e de terra, desequilíbrio ambiental e social, favorecendo a perda de identidade dos povos camponeses e comunidades tradicionais.

O sistema agroalimentar se transformou em algo monopolizado (por poucos grupos) e concentrado, sendo que esses grupos são responsáveis por todo o poder de toda cadeia produtiva. Dessa maneira existe um controle entre empresas do agronegócio, da indústria alimentícia, químicas, financeiras, moldando assim a alimentação, suas próprias pesquisas científicas, como o mercado deve ser, além de uma enorme influência nas políticas públicas. Desta forma, são responsáveis por transformar as práticas alimentares do povo brasileiro, impondo uma estrutura alimentar frágil e violenta.

Por outro lado, é importante entendermos que a alimentação é muito mais que nutrientes, pois, a partir do momento em que grupos sociais se alimentam temos que considerar a questão biológica e fisiológica, que vai determinar a qualidade da alimentação e o acesso que as pessoas tem a essa alimentação. A alimentação muda regularmente, de acordo com a região, clima, processos

sociais, econômicos, culturais e políticos. Podemos pensar em revoluções alimentares drásticas que marcaram a história e alimentação.

A alimentação tem se padronizado conforme as necessidades do mercado, contudo, tornando-se uma alimentação cada vez menos diversificada. Todo trabalho realizado desde o surgimento da agricultura vai desaparecendo com o tempo, toda a enorme variedade alimentar é eliminada/ameaçada pelo agronegócio e seus aliados.

O atual sistema agroalimentar brasileiro e mundial transformou o alimento em mercadoria, uma mercadoria que concentra terras, define o consumo, a produção e a distribuição. Entre os discursos utilizados pelas grandes corporações, destacamos a narrativa ligada à suposta necessidade de maior produção para alimentar uma população crescente, ou seja, acabar com a fome. Embora tenha ocorrido aumento relativo da produção, não houve diminuição na fome.

Segundo Esteve (2017), podemos dizer que o problema da fome não está necessariamente na produção de alimentos, mas sim na má distribuição e nos desperdícios. Não se trata de produzir mais alimentos, mas sim de transformar todos os meios para que todos tenham acesso ao direito mais básico da vida humana, o direito de comer e de se alimentar, levando em conta a segurança, a soberania alimentar, respeito ao ambiente e aos povos.

A Associação Brasileira do Agronegócio, tomando por base o ano de 2015, afirma que a produção agrobrasileira é suficiente para alimentar 1 bilhão de pessoas. O Brasil produziu uma tonelada de grãos por habitante: 207 milhões de toneladas. Mais 35 milhões de toneladas de tubérculos, 40 milhões de toneladas de frutas, 7 milhões de toneladas de banana, 19 milhões de toneladas de citrus, 10 milhões de toneladas de hortaliças, 1 milhão de toneladas de castanhas, amendoim e nozes e 34 milhões de toneladas de açúcar. Abate, em 4.850 frigoríficos, 30,6 milhões de bovinos, 39,3 milhões de suínos e quase 6 bilhões de frango-sendo que o brasileiro consome 120 kg de carne por ano, ou o equivalente a 2,5 kg por semana, mais 32,2 bilhões de litros de leite, 4,1 bilhões de dúzias de ovos, 38,5 milhões de toneladas de mel (ESTEVE, 2017, p. 18).

Considerando os dados acima, apresentados pelo próprio agronegócio, podemos aferir que o problema não é produção, mas a distribuição dos alimentos produzidos. Esse mesmo sistema oferece uma diversidade de produtos processados, que enchem as prateleiras dos supermercados, com embalagens coloridas, chamativas, para estimular aqueles que contêm algum poder

aquisitivo a consumir, independentemente da qualidade real dos produtos. Podemos entender, nesse sentido, que somos reféns de uma estratégia de marketing voltada para que consumamos mais.

A alimentação contemporânea não possui diversidade. Dessa forma, temos uma diminuição da diversidade alimentar de qualidade e um aumento de alimentos industrializados e ultraprocessados, que diminuem a qualidade alimentar, aumentando o número de pessoas com doenças, além de grande parte dos alimentos consumidos serem contaminados de produtos químicos diversos. Desta forma, também perdemos nutricionalmente e culturalmente, pois degradamos as bases alimentares construídas durante milhares de anos (ESTEVE, 2017).

As variedades contemporâneas dependem do uso intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos, com um impacto social e ambiental negativo, sendo mais vulneráveis as secas, doenças e pragas. A indústria “melhorou” as sementes para atender aos interesses de um mercado globalizado, deixando em segundo plano as necessidades alimentares e nutricionais, com suas variedades saturadas de produtos químicos. Até um século atrás, milhares de variedades de milho, arroz, abóbora, tomate, batata etc., abundavam nas comunidades rurais. Ao longo de mais de 12 mil anos de agricultura foram cultivadas cerca de 7 mil espécies de plantas e variedades milhares de animais para alimentação, mas hoje, de acordo com a convenção sobre Diversidade Biológica, apenas 15 variedades de cultivos e oito de animais representam 90% da nossa alimentação (FAO, 2007, p. 46).

Segundo uma comissão científica organizada pela prestigiosa revista de médica The Lancet, a globalização uniformizante dos padrões de produção e consumo alimentar é responsável pela criação e a interação sinérgica de três fenômenos agravantes de problemas de saúde em todo o mundo: a obesidade, a desnutrição e as mudanças climáticas. Como os três possuem causas e efeitos em comum e alimentam-se reciprocamente, a comissão identificou o processo como um fenômeno singular, que designou de sindemia global. A responsabilidade da sindemia, segundo a comissão, é inequívoca: de um lado, a produção agropecuária realizada em grandes escalas, baseada no uso intensivo de fatores artificiais, tais como agroquímicos, hormônios e antibióticos; de outro, o consumo de alimentos ultraprocessados; para sustentar energeticamente essa cadeia de irracionalidade ecológica e sanitária, o uso intensivo de combustíveis fósseis (PETERSEN; MONTEIRO, 2020).

Embora a agricultura industrial e o consumo de comida-porcaria sejam praticadas há várias décadas, principalmente após a Segunda Guerra, não resta dúvida que a acelerada expansão e a crescente interdependência entre ambos os processos ocorreu sob a égide do neoliberalismo, particularmente após a assinatura do Acordo Agrícola da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. Segundo definição proposta pelo sociólogo holandês Jan Douwe van der Ploeg, verdadeiros “impérios alimentares” formaram-se desde então, alterando profundamente a economia política dos sistemas alimentares ao sujeitar o mundo social e o mundo natural a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva. Para o autor, assistimos “uma conquista imperial no que diz respeito à integridade dos alimentos, à perícia da prática agrícola, à dinâmica da natureza e aos recursos e aspirações de muitos agricultores”. Contrastando com suas fachadas de empreendedorismo de última geração, os impérios não produzem nenhuma riqueza. Tal como os antigos impérios coloniais, apenas se apropriam dos recursos antes controlados de forma relativamente soberana pelas nações e comunidades locais, deixando em troca pesados passivos sociais e ambientais (PETERSEN; MONTEIRO, 2020).

A sociedade não tem informações o suficiente sobre os alimentos consumidos, sobretudo por ser alimentos transportados de locais cada vez mais distantes do local de consumo, que podemos chamar de “alimentos viajantes”, processo esse dificulta a construção da soberania alimentar. As informações sobre o que está consumindo se tornam algo para “privilegiados”, pois ter uma alimentação de qualidade é um direito de todos nós, e não um privilégio. “Somos produtos das nossas escolhas”, mas como podemos ser produto das nossas escolhas sendo que, as sociedades não sabem que tem escolhas. Há, assim, um processo de sujeição dos consumidores, para que comprem produtos desconhecidos.

Sempre compramos o que nos oferece, o que temos mais perto e prático, disponíveis nos supermercados. Isso é um ato inconsciente, imposto, não escolhido. A alimentação deveria ser, ao contrário, um ato político consciente. Quando temos escolha o ato político é nosso, podemos escolher comprar de determinado lugar, podendo escolher quem beneficiar, com o poder de compra. De forma geral, no entanto, a alimentação não se configura como ato político, pois não são todos os consumidores que tem o poder de escolha.

Parte da sociedade que pode de fato escolher, é uma parte muito pequena, uma parte privilegiada. Para ter o poder de escolha, e poder fazer escolhas que possam mudar o comportamento de consumo de uma sociedade,

o que poderia ser feito? Portanto comer é um ato político, seja ele forçado ou não, tudo é político.

No sentido de construir um processo sólido de segurança alimentar foi estruturado o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), elaborado pelo Ministério da Saúde, com objetivo de nortear a ação nutricional do país, promovendo alimentação saudável e educação nutricional do povo brasileiro. Neste livro, são apresentadas informações como a classificação dos alimentos (in natura ou minimamente processados, industrializados e ultraprocessados), assim como a orientação sobre consumo de alimentos ultraprocessados, diminuição do consumo de alimentos de origem animal, promovendo saúde e preservando o meio ambiente.

Contraditoriamente, está sendo discutido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), juntamente com a Associação Brasileira de Indústria de Alimentos, por meio de uma nota técnica (nº 42/2020/daep/spa/mapa), a retirada de determinadas informações do guia alimentar brasileiro. Isto irá omitir informações importantes para saúde e preservação do ambiente natural, colocando a acumulação do capital acima da saúde da população.

Portanto, torna-se urgente discutirmos a construção de um sistema agroalimentar local/regional, apresentando uma diversidade e aproximando a produção do consumidor final, abrangendo os processos de produção, processamento e comercialização. E, ao mesmo tempo, compondo um sistema integrado à qualidade ambiental, alimentar, social e econômica, tendo por base políticas públicas sólidas e inclusivas.

O fortalecimento de um sistema agroalimentar de base local deve passar pela construção do que alguns pesquisadores tem chamado de Circuito Curto Agroalimentar, com a comercialização direta, do produtor aos consumidores, eliminando os intermediários. Assim, a venda direta aos consumidores, grupos solidários de comercialização e as feiras livres devem ganhar força e ser protagonistas na estruturação da dinâmica alimentar local e regional. No item que segue trataremos desse processo.

3.3 A importância das feiras e outros espaços de venda direta de alimentos no município de Goiás

A soberania alimentar apoia-se em vários princípios, um deles é uma agricultura voltada para um comércio local, “estimulando o fortalecimento do território”, além do acesso a alimentos produzidos de forma mais justa e saudável a toda população. O sistema agroalimentar do município de Goiás apresenta de um lado um modelo de produção latifundiário (talvez poderíamos chamar de um agronegócio arcaico) e de outro uma agricultura de base familiar, com a predominância de agricultores camponeses, construindo em alguns casos um processo de transição inicial para a agroecologia. Esse processo inicial de construção da agroecologia, em nosso entendimento, tem suas raízes na luta pela terra, com a territorialização de 24 assentamentos rurais como discutimos anteriormente.

No entanto, grande parte dos mercados do município de Goiás oferecem poucos alimentos como verduras e frutas, entre outros, que são produzidos no próprio município pela agricultura camponesa. O município apresenta uma quantidade considerável de supermercados, entretanto, a variedade maior de frutas, verduras e hortaliças fica a cargo de apenas três supermercados que são: Supermercado Tendetudo, Supermercado Mega e Supermercado Master. Estes supermercados principais compram parte da produção da agricultura familiar, mas via de regra, limita-se às hortaliças (folhas, principalmente), como alface, couve, acelga, cebolinha, salsinha, coentro etc. (Caderno de Campo, 2022).

A maior parte da produção agrícola da agricultura familiar do município é comercializada de forma direta e nas feiras livres, sendo estas últimas o principal espaço de comercialização da produção geral do campesinato. Para compreendermos melhor a dinâmica do sistema agroalimentar local, realizamos uma pesquisa de campo baseada na observação participante e registro em caderno de campo, durante 4 meses.

Foram identificadas feiras livres que ocorrem em diferentes dias da semana. Na primeira feira, realizada aos domingos, são comercializados tanto alimentos direto dos produtores aos consumidores, como alimentos adquiridos nos centros de distribuição (como o CEASA) e revendidos aos consumidores. Algumas bancas, entretanto, atuam tanto com a venda de alimentos produzidos quanto com a revenda (Figura 2) (Caderno de Campo, 2022).

Figura 2 – Representação dos alimentos comercializados na feira realizada aos domingos, Goiás/GO, 2022.



Autora: Gabrielly Jordanny da Silva Soares, 2022.

Também são comercializados produtos diversos, que vão além dos alimentos. Plantas como samambaia e suculentas, aves como frangos e patos, peras, tomates, melancia, abacaxi, melão, laranja, mexerica, etc. Evidentemente, também são comercializados outros alimentos vindos do extrativismo, como é o caso do pequi, cajuzinho, ingá, mangaba, cagaita, entre outros frutos do cerrado.

A segunda feira pesquisada foi a Feira da Agricultura Familiar, que é realizada todas as quintas-feiras no período da tarde, na praça do bairro João Francisco. Nesta feira, ao contrário da anterior, todos os feirantes são produtores familiares. Construímos uma pesquisa com 10 feirantes, sendo que entre estes somente 1 não é assentado rural. Esta feira, especificamente, foi estabelecida como apoio à instituição do Programa Vale Feira, promovido pela Prefeitura Municipal de Goiás no sentido de conectar a produção de alimentos saudáveis e o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

No âmbito do Vale Feira, a Prefeitura fornece a 200 famílias um valor mensal de R\$80,00, que somente pode ser utilizado na aquisição de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar, preferencialmente agroecológicos. As fichas com os valores são trocadas pelos consumidores pelos alimentos e, posteriormente, os feirantes recebem tal valor. Esse espaço de comercialização se aproxima bastante de nosso entendimento sobre Soberania Alimentar, embora seja uma experiência local. Isso porque é uma política pública que conecta a produção de alimentos saudáveis, não processados, com a garantia da segurança alimentar de pessoas em vulnerabilidade social.

Para além das feiras instituídas, os espaços de comercialização da produção alimentar da agricultura familiar se multiplicam de diferentes formas no município de Goiás. Existem agricultores que realizam entregas em domicílio, entregas também a restaurantes e outros comércios que atuam na área de alimentação. Destaque deve ser dado à Cesta Camponesa, experiência de agricultores e agricultoras do assentamento, que organizaram um grupo de consumidores virtualmente, onde são apresentados os produtos e feitos os pedidos, que são em dia específico da semana entregues nas residências (Caderno de Campo, 2022).

Os feirantes também realizam feiras de outros dias. Entre os 10 feirantes apenas 3 fazem a feira no dia de Domingo, e uma faz feira em Buenolândia distrito da cidade de Goiás uma vez por semana. Porém, foi relatado que durante os primeiros quinze dias eles acabam vendendo mais, por conta do Vale Feira, que é recebido em todas as feiras. Então após 15 dias, quando acabam os Vale Feiras as vendas diminuem consideravelmente (Caderno de Campo, 2022).

Os alimentos mais comercializados na feira são: Abacate, açafrão, queijo, requeijão, requeijão temperado, feijão, polpa de suco, café, pepino, rapadura, rúcula, agrião, mostarda, laranja, jiló, couve, salsinha, quiabo, cebolinha, farinha, manga, farinha temperada, polvilho, cachaça, doce de figo, doce de manga, doce de banana, doce de laranja, leite, gordura de porco, carne de porco, mel, bolos, pão, geleia, biscoitos, conservas entre outros. Somente um agricultor assentado no Serra Dourada, por exemplo, comercializa 15 variedades de polpa de fruta (Caderno de Campo, 2022).

Os produtos vendidos podem mudar de acordo com o período do ano (sazonal). Também pelo fato de que em um determinado período do ano pode

ser um pouco difícil a produção de determinado alimento devido à chuva ou a falta dela. Existe, portanto, uma variedade que representa a agricultura familiar e garante o fornecimento de alimentos saudáveis (Fotos 5, 6, 7 e 8).

Fotos 5, 6, 7 e 8 – Agricultores e agricultoras feirantes, Goiás/GO, 2022.



Autora: Gabrielly Jordanny da Silva Soares, 2022.

A importância da feira vai além da comercialização de alimentos. Os feirantes/camponeses relatam a troca de alimentos realizados entre eles. Se alguém precisa de algo é oferecido, e pode ser trocado com outros produtos. Isso ocorre culturalmente no campo, em suas casas com vizinhos, mas também ocorre no espaço da feira. “Acontece, às vezes, de meus vizinhos precisarem comprar algum alimento, acabo oferecendo a eles sem ser cobrado” descreve uma feirante (Caderno de Campo, 2022).

Alguns agricultores estão mais efetivamente no processo de transição agroecológica e, por isso, muitas vezes fazem um maior número de vendas, visto que acabam por atingir consumidores mais específicos. Para que a transição possa se consolidar, contudo, são unânimes em dizer que é necessário a estruturação de políticas públicas, como existiam antes o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mais efetivamente (Caderno de Campo, 2022).

Destaca-se que, ainda que as pessoas estejam procurando mais as feiras e buscando alimentos livres de agrotóxicos, a população de forma geral continua se alimentando mal, com variedade reduzida de alimentos e alto consumo de carne. Faltam informações sobre o uso de alimentos não convencionais como as PANC's⁶. O Vale Feira permitiu essa aproximação e o início de um processo de conscientização também dos consumidores. As pessoas, assim, têm tido acesso a alimentos que antes não consumiam. Cada vez mais, os consumidores buscam alimentos frescos e sem produtos químicos. De acordo com os feirantes, “as pessoas estão ficando mais conscientes em relação à alimentação de suas famílias, por mais que os alimentos industrializados ainda sejam protagonistas nas refeições”. (Caderno de Campo, 2022).

Como escrito por Peres (2022), os preços dos ultraprocessados se tornaram, na média, “mais baratos do que os de alimentos in natura e minimamente processados”. A alta dos preços se dá sobre vários alimentos em simultâneo, ou seja, é uma inflação por dispersão. Essa modalidade de inflação torna mais desafiadora, também, a ação do poder público, já que é muito difícil

⁶ plantas alimentícias não convencionais, são frutas, flores, sementes e vegetais que são pouco conhecidos na alimentação do dia-a-dia, produzidos em pequenas quantidades e dificilmente são encontradas em supermercados.

conter altas que migram de um item a outro com grande rapidez sem falar no efeito que a expectativa de inflação passa a ter sobre a remarcação de preços. Mas um aspecto nunca foi difícil de enxergar: a inflação de ultraprocessados é consideravelmente mais baixa. Mesmo não sendo baixa per se, ainda assim não se compara às altas de cenoura, frutas, café, carnes, arroz, feijão.

Outra pesquisa, também realizada recentemente, analisa o comportamento do povo brasileiro durante a pandemia. O Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis em tempos de pandemia relata que 45% das pessoas consumiam verduras e legumes cinco vezes por semana ou mais antes da pandemia, no 1º trimestre de 2022 esse número passou para 39,5% sendo uma queda de 12,5%. Para os desempregados, a situação é bem pior. Nesse período, o consumo de frutas e legumes caiu 37% (COVITEL, 2022).

De forma geral, entendemos que considerando o contexto de avanço ainda maior do agronegócio e da indústria de alimentos processados, o consumo de alimentos in natura ficará cada vez mais inacessível às pessoas mais pobres, aumentando os problemas nutricionais e a fome. Torna-se necessário a construção de uma dinâmica alimentar de base local, que aproxime agricultores familiares e consumidores, na construção de uma transição para a agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio segue tratando o alimento apenas como uma mercadoria, sendo seu objetivo o lucro. Organizações populares tanto no campo como na cidade possuem uma necessidade de desenvolver agricultura, com sua base no desenvolvimento da soberania dos povos. Este modelo de produção está também conectado a um padrão de consumo monopolizado por algumas poucas mega redes de supermercados, que determinam e controlam o padrão de consumo global. Na contramão deste modelo vêm resistindo uma diversidade de populações tradicionais, povos indígenas, comunidades camponesas, que constroem territórios a partir da Agroecologia ou de algumas outras perspectivas produtivas. Existe, portanto, também um modelo de produção contra hegemônico que tem buscado produzir alimentos saudáveis.

Até aqui, na elaboração deste trabalho, é possível compreender que o Agronegócio é um modelo de produção insustentável e que gera danos aos seres humanos e ao ambiente, de forma irreparável. Pode-se dizer que no município de Goiás, a maioria das tentativas de transição agroecológica estão

presentes nos assentamentos dos feirantes observados. O assentamento Serra Dourada é o que apresenta ter um maior número de camponeses em processo de transição agroecológica, sendo uns dos que apresentam uma das maiores diversidade de alimentos. Em outros assentamentos a maior produção e venda de uma iniciativa de uma transição agroecológica fica por conta das hortaliças, utilizando também em suas produções os adubos naturais, tendo também uma presença maior com os jovens, com essa iniciativa de uma transição agroecológica.

REFERÊNCIAS

ABA. **Associação Brasileira de Agroecologia**. Disponível em: < <https://aba-agroecologia.org.br/>> Acesso em: 25 ago. 2021.

ANA. **Articulação Nacional de Agroecologia**. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/> Acesso em: 26 ago.2021.

ANA. **Agência Nacional de Águas**. Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil. Estudo Técnico. **Caderno de Recursos Hídricos**. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2005.

ANJOS, Cristiane Souza dos; PERELLO, Luís Fernando Carvalho. **POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. Revista brasileira de Agroecologia, Vol. 16| N°2| p.183-194| 2021.

BARBOSA, Altair Sales, ARAÚJO, Luciane Martins. **Pré-história do cerrado**. 2020.

BALDE, Fabiana. Orso, Paulino José. **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST – EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO**. Revista Histedbr online, Campinas, número 50, 2013.

CAPORAL Francisco Roberto, COSTABEBER José Antônio. **Agroecologia e Extensão rural contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre (RS). 2004

Carvalho, Angélica. **MÁSCARAS COBREM O ROSTO, A FOME DESMASCARA O RESTO: COVID-19 E O ENFRENTAMENTO À FOME NO BRASIL**. 2020.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou ação**. Rio de Janeiro, edições antares, 1984.

CONWAY, Gordon. **Produção de alimentos no século XXI: Biotecnologia e meio ambiente**. 1 ed, estação liberdade, 2003

CRIBB, André Yves. **Sistema Agroalimentar brasileiro e biotecnologia moderna: Oportunidades e Perspectivas**. Caderno de ciência e tecnologia brasileira, v.21, n. 1. P. 169-195, jan/abr. 2004.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Por uma leitura territorial do cerrado: O elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social**. Revista de geografia da UEG, ÉLISÉE, 2020.

CONTRERAS, Jesus; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro (RJ): editora Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério e Meio Ambiente, 2001.

DRUCIAKI, Vinícius Polzin, MARTINS Patrick Thomaz de Aquino, SOUZA, José Carlos. **Uso e cobertura do solo no Cerrado: panorama do período de 1985 a 2018**. Revista de geografia da UEG, ÉLISÉE, 2020.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação**. São Paulo (SP): Expresso popular, 2017.

RODRIGUES, Fabiana de Cassia. **EDUCAÇÃO E LUTA PELA TERRA NO BRASIL: A FORMAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**. Revista Educação e sociedade, Campinas (SP), número 38, 2017.

RAUBER, Ana Cláudia ¹, LEANDRINI, Josimeire Aparecida², FRANZENER, Gilmar ³. **Plantas alimentícias não convencionais utilizadas pelas famílias agricultoras do núcleo de luta camponesa da rede ecovida de agroecologia, Paraná**. Vol. 16| N^o.2| p.195-204| 2021.

FAO. **Brasil desapareceu do mapa da fome como resultado da decisão política**; 2014. <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/260599/>(acessado em 25/Mai/2020)

Fragmentos de arroz. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/fragmento-de-arroz-nao-e-resto-e-e-vendido-desde-antes-do-governo-bolsonaro.shtml>> Acessado em : 20 de setembro de 2020.

FERREIRA, Lucas da Rocha; SOGLIO, Fabio Kessler Dal. **SISTEMAS AGROFLORESTAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: FORMAÇÃO DE REDES RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL**. Rio Grande do Sul, revista brasileira de agroecologia., Vol.19, n^o6, p143-155, 2021.

GROUP etc, **quién nos alimentará**: La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial. 3 edición, 2017.

Matos, Patricia Francisca; Pessôa, Vera Lúcia Salazar. **O agronegócio no cerrado do sudeste goiano: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri**. Uberlândia, Revista; sociedade e natureza, 2012.

MAZOYER, Marcel; ROUDANT, Laurence. **História da agricultura no mundo**: do período neolítico a crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>> Acessado em: 5 maio. 2020.

MATIOLI, Victor. **Donos do mercado**: como os grandes supermercados exploram trabalhadores fornecedores e a sociedade. Editora Elefante; 1 edição, 2020.

MONTANARI, Massimo, **Comida como cultura**. 2º, São Paulo: editora Senac São Paulo, 2013.

MAPA. <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/SISRES.html>

MPA, <https://mpabrasil.org.br/artigos/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>

MASQUES, Luiz, **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Editora da UNICAMP, terceira edição, 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>.

Acesso em: 25 de ago. 2019.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. Coleção primeiros passos, quarta edição, 1981.

Nota técnica. Disponível em

<https://ojoioetrigo.com.br/wpcontent/uploads/2020/09/SEI_21000090207_2019_56SolicitacaoRevisaoGuiaAlimentar-Sept2020.pdf .2020.> acesso em: 20 de 09 de 2020.

NETO, Antônio Teixeira. **O território do cerrado em Goiás-Brasil**. Revista de geografia da UEG, ÉLISÉE, 2020.

NETO, ONOFRE P. AURÉLIO. **Estratégia espacial no mercado mundial de carne: A internacionalização do setor frigoríficos brasileiro**, Orientador: Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais, Goiânia-GO, 2018.

LEITE, Sergio Pereira, MEDEIROS, Leonilde Servalo. **Dicionário da educação no campo**, AGRONEGOCIO. São Paulo: Expressão popular, 2012. P. 81.

PERLES, Catherine. **As estratégias alimentares nos tempos pré-históricos**. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. História da alimentação. 8 ed, São Paulo: estação liberdade, 2015. p. 36-42.

PONPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, primeira edição, 2021.

PETERSEN, Paulo; MONTEIRO, Denis. **Agroecologia ou colapso 1**. Outras palavras jornalismo de profundidade e pós-capitalismo, 2020. Disponível em<utraspalavras.net/crise-brasileira/agroecologia-ou-colapso-1/?fbclid=IwAR3G4x7RkpQ9ExLSQ7JPGNq4L22N36-R_c8ybsr7bRtBhSOFtmNhL8uaAAE>. Acesso em: 02/11/2021.

PETERSEN, Paulo; MONTEIRO, Denis. **Agroecologia ou colapso 2**. Outras palavras jornalismo de profundidade e pós-capitalismo, 2020. Disponível em<

<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/agroecologia-ou-colapso-2/>>.

Acesso em: 03/11/2021.

PETERSEN, Paulo; MONTEIRO, Denis. **Agroecologia ou colapso 1**. Outras palavras jornalismo de profundidade e pós-capitalismo, 2020. Disponível em< <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/agroecologia-ou-colapso-3/>>.

Acesso em: 04/11/2021.

SUZUKI, J. C. **Modernização, território e relação campo-cidade - uma outra leitura da modernização da agricultura**. Revista Agrária, n. 6, 2007. p. 83-95.

RUBIO, Blanca. **El Dominio Del Hambre, crisis de hegemonia y alimentos**. Primeira edición, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2º ed. São Paulo: Campanha das letras. 2018.

IBGE, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28648-brasileiros-com-menor-renda-consomem-mais-arroz-e-feijao-e-menos-industrializados-2020>.

VIA CAMPESINA. Disponível em: <https://viacampesina.org/es> Acesso em: 28 ago. 2021.

WALLACE, Rob. **Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Editora Elefante; primeira edição, 2020.